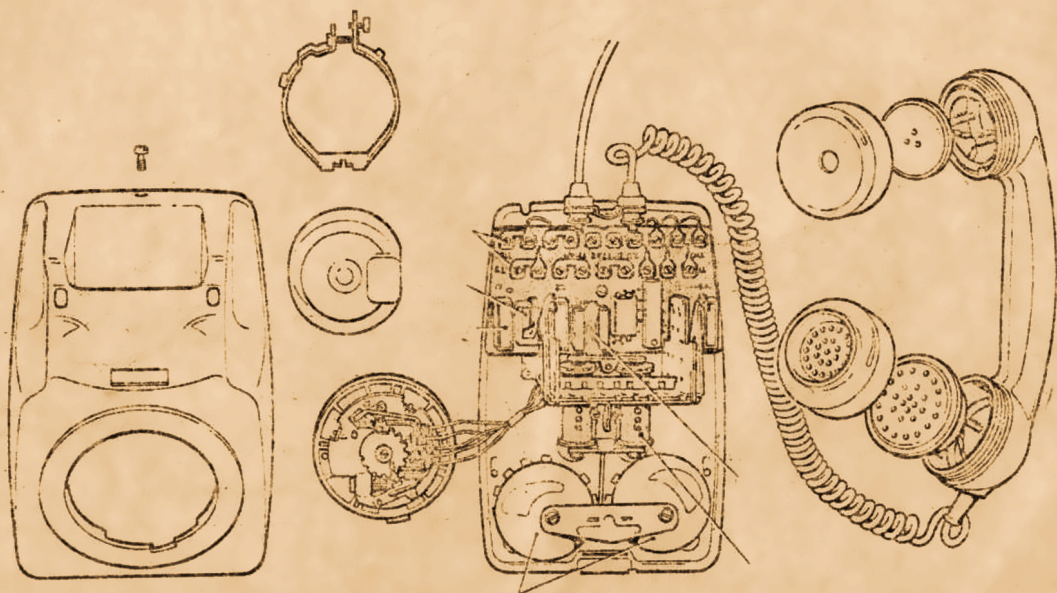




Análise do Discurso

conceitos e aplicações

Lícia Frezza Pisa
Ronivaldo Moreira de Souza
Danilo Vizibeli



INSTITUTO FEDERAL
Sul de Minas Gerais



Lícia Frezza Pisa
Ronivaldo Moreira de Souza
Danilo Vizibeli

Análise do Discurso *conceitos e aplicações*

Copyright © 2018 - Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

Avenida Vicente Simões, 1111 - Nova Pouso Alegre
Pouso Alegre/MG CEP: 37553-465

Site: <http://www.ifsulde Minas.edu.br>
E-mail: proex@ifsulde Minas.edu.br
Fone: 35 3449-6186

Pisa, Lícia Frezza.

Análise do Discurso: conceitos e aplicações / Lícia Frezza
Pisa, Ronivaldo Moreira de Souza e Danilo Vizibeli. - Pouso
Alegre: IFSULDEMINAS - Lume Editora, 2018.
78 pp., 19 ils.

ISBN 978-85-67952-16-1

1. Análise do discurso. 2. Sujeito do discurso. 3. Enunciação.
I. Pisa, Lícia Frezza. II. Souza, Ronivaldo Moreira de. III. Vizibeli,
Danilo. IV. Título.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-67952-16-1



9 788567 952161

*Agradecemos ao Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) e
ao Campus Passos pelo apoio ao Projeto Editorial por
meio do Projeto de Extensão Selo Editorial (edital 38/2016).*

*Agradecemos também à revisão cuidadosa
de Antoniette Camargo de Oliveira.*



Projeto Gráfico e DTP por Lume Editora
Um Projeto de Extensão do Campus Passos
Sob Orientação do Coordenador Prof. Cleiton Hipólito Alves
Bolsista Extensionista: Jean Borges Maia
Curso Superior de Tecnologia em Produção Publicitária (2017)
Imagem da Capa: <http://www.telephonesuk.co.uk>

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida,
sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, do
IFSULDEMINAS e Lume Editora. Aos infratores aplicam as sanções previstas
nos artigos 102, 104, 106 e 107 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Prefácio

Este é um espaço da obra reservado a um convidado que tem a honra de apresentá-la. Esse convite pode estar amparado em vários motivos, mas geralmente é a relação de confiança entre os autores e o convidado, além da aderência à temática abordada. Neste caso, especificamente, esses motivos se ampliam, pois apresentar uma obra sobre a Análise do Discurso da linha francesa, escrito por Ronivaldo Moreira de Souza e Lícia Frezza Pisa tem o sentido real de vivenciar a experiência gratificante de ver os discípulos em voo livre. Com Ronivaldo e Lícia pesquisamos e produzimos juntos no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo – nosso querido Póscom até 2017. Ali aprendemos e ensinamos – e a Análise do Discurso era disciplina desafiadora no programa e fez parte da tese de doutorado de ambos. O encontro com Danilo Vizibeli, também pertencente à área da Comunicação e com formação em linguística e Análise do Discurso, completou o quadro de coerência para o surgimento do livro ANÁLISE DO DISCURSO: CONCEITOS E APLICAÇÕES.

Propor uma obra simples sobre Análise do Discurso é enfrentar um desafio, pois, trata-se de um campo complexo, teórico-metodológico, muitas vezes mal interpretado pelos cientificistas de plantão, outras vezes mal utilizado pelos próprios pesquisadores encantados com as possibilidades advindas do pensamento pós-estruturalista e outras tantas vezes ainda empregado apenas como metodologia instrumental.

Os autores elaboraram uma obra compacta de 78 páginas, apresentando exatamente o que promete o título: conceitos básicos e aplicações de Análise do discurso da Linha Francesa. Dividida em três capítulos, com as principais obras de referência da área, os autores selecionaram os aspectos mais relevantes para quem está entrando em contato com esse campo – tarefa nada fácil, frente à multiplicidade de conceitos implicados. Dessa forma, atende ao principal objetivo proposto de “fornecer um material bibliográfico que contemple as questões basilares da Análise do Discurso e que possa subsidiar as atividades de análise, ensino e produção”.

O primeiro capítulo apresenta o conteúdo mais denso da obra, com a história, a epistemologia e os principais conceitos da Análise do Discurso. Os autores procuram sintetizar um histórico da AD nas ciências sociais e o quadro epistemológico que o explica. Os aspectos conceituais são abordados a partir da concepção de linguagem, do estruturalismo ao pós-estruturalismo.

Já nesse primeiro capítulo os conceitos de enunciado e enunciação; teoria da intersubjetividade; Formações imaginárias e interdiscurso têm espaço para comentários e exemplificação. Aliás, nos exemplos está um dos pontos altos da obra – voltaremos a ele mais a frente. O capítulo termina fortalecendo a AD como um campo teórico e metodológico e, para tanto, expõe a importância da elaboração do *corpus*.

Sabemos que a mudança essencial do estruturalismo para o pós-estruturalismo é a centralidade no sujeito. Isso altera a forma de ver o mundo e altera as relações em todos os níveis. Por isso o foco do segundo capítulo é o sujeito discursivo, com várias abordagens, como a construção do sujeito, o dialogismo, a alteridade, o *ethos* e o *pathos*.

Ao analista do discurso interessa, sobretudo, a investigação dos efeitos de sentido. Por isso, muitas vezes, mais importante é observar o como se diz do que o conteúdo do que é dito. Justifica-se, dessa forma, a escolha dos autores em construir o terceiro e último capítulo dedicado à enunciação, momento único e irreproduzível, no qual os interlocutores se situam e se posicionam. O capítulo trata do discurso e sua gênese sócio-histórica; das características da constituição, formulação e circulação dos discursos; da enunciação como elemento constitutivo do processo de produção de sentidos, além de muitos exemplos e comentários.

Ao final de cada capítulo os autores apresentam a lista de referências bibliográficas, o que torna a obra muito mais didática, facilitando a consulta, de acordo com os tópicos de interesse do leitor. Há, contudo, que se salientar na composição do livro a dedicação dos autores e o trabalho cuidadoso com a seleção de exemplos para cada item. São textos da mídia, assuntos atuais, textos de jornais, textos e charges da Internet, das redes sociais digitais e comentários dos autores, seguindo protocolo criteriosamente elaborado para cada caso analisado. A riqueza da ilustração faz parecer fácil um assunto complexo. A obra é recomendada a pesquisadores de Linguística, de Letras, de Comunicação e áreas afins e a todos aqueles que se interessam pela ação discursiva e acreditam na possibilidade de fazer ciência com linguagem, de forma simples, descomplicada e séria.

Profa. Dra. Elizabeth Gonçalves
Ilustre Professora do Póscom-Universidade Metodista

Introdução

O nosso objetivo com este livro é fornecer um material bibliográfico que contemple as questões basilares da Análise do Discurso e que possa subsidiar as atividades de análise, ensino e produção. Trata-se de reflexões em torno de conceitos básicos, de forma introdutória, mas que abrem caminhos para se compreender como a AD pode ser organizada.

Partimos do nosso objeto de estudo, o discurso, questionando sobre seu significado. Compreendemos que a AD é complexa pois o discurso está externo à língua, é apreendido no social e coloca em tensão questões históricas e ideológicas. Hoje vivemos uma era com diferentes canais de transmissão de comunicação que nos trazem uma diversidade de discursos, daí a compreensão dos discursos nos proporcionar segurança e consciência para entendermos a produção e os seus efeitos de sentido, além de produzirmos textos para melhor interagirmos numa comunicação globalizada e interferirmos na dinâmica social.

A maneira como separamos os assuntos se deve apenas a uma questão didática, visto que, ao colocar em uso a AD, os conceitos se implicam, são interdependentes. Assim, na primeira parte apresentamos a história, a epistemologia e os conceitos fundamentais da AD. Na segunda parte tratamos da constituição do sujeito discursivo e os atravessamentos para essa constituição. Na terceira parte a enunciação, sua conceituação e a construção dos sentidos.

Este trabalho surge da necessidade de oferecer ao público leitor dos mais diferentes níveis – graduandos, pós-graduandos ou outros – um primeiro contato com a Análise do Discurso que é uma teoria do conhecimento, aplicável nas mais variadas pesquisas e estudos.

O conteúdo foi pensado de forma a trazer exemplos práticos e ilustrações de análises que mostrem ao leitor como se procede uma análise discursiva e como os conceitos da AD – principalmente o discurso, as condições de produção, o interdiscurso e a enunciação – são movimentados nas mais variadas materialidades textuais que circulam na mídia.

Outro objetivo importante é mostrar que o sentido é uma construção social e histórica, perpassada pela ideologia. É desmistificar a concepção e utopia de um sentido único, neutro e do controle total dos sentidos por parte de autores e leitores. Nessa polissemia e polifonia – muitos sentidos, muitas vozes – na última parte mostramos os percursos do processo de enunciação em três campos discursivos – o político, o religioso e o educacional – e como eles se configuram. A Análise de Discurso é terreno fértil no Brasil e com essa obra, marcamos o interesse pela AD.

Sumário

1. HISTÓRIA, EPISTEMOLOGIA E CONCEITOS FUNDANTES DA ANÁLISE DO DISCURSO

1.1 A Análise do Discurso e seu surgimento nas Ciências Sociais.....	12
1.1.1 A concepção de Linguagem para os Estruturalistas	14
1.2 O quadro epistemológico da AD.....	16
1.3 Alguns conceitos essenciais para Análise do Discurso.....	19
1.3.1 Enunciado e enunciação.....	21
1.3.2 A teoria da intersubjetividade	23
1.3.3 Formações imaginárias.....	24
1.3.4 Os sentidos do discurso.....	27
1.3.5 O interdiscurso	29
1.4 A AD como fundamentação teórica.....	30
1.4.1 A construção do <i>corpus</i> na AD	32
REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO	34

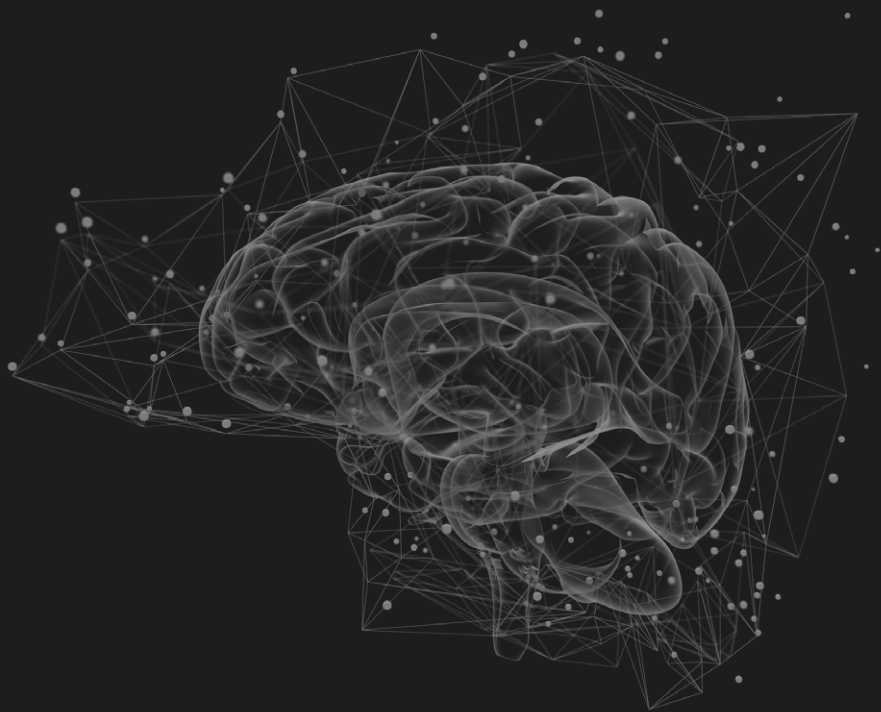
2. SUJEITO, UMA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA

2.1 O dialogismo no discurso	38
2.2 O princípio da alteridade no discurso (Eu e o outro)	44
2.3 As imagens de si no discurso	50
2.4 <i>Ethos</i> e <i>Pathos</i>	51
REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO	58

3. ENUNCIÇÃO

3.1 O discurso e sua gênese sócio-histórico	62
3.2 A enunciação como elemento constitutivo do processo de produção de sentidos.....	66
3.3 Exemplificando a enunciação em diferentes discursos.....	69
REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO	76

CONSIDERAÇÕES.....	78
--------------------	----



HISTÓRIA, EPISTEMOLOGIA E CONCEITOS FUNDANTES DA ANÁLISE DO DISCURSO

1

1.1 A análise do discurso e seu surgimento nas ciências sociais

Antes de mais nada, precisamos deixar claro de qual Análise do Discurso (AD) estamos falando. Neste livro tratamos especificamente da AD de Escola Francesa, que tem como seu principal fundador Michel Pêcheux.

Os textos considerados fundantes da AD de escola francesa foram publicados em meados da década de 1960. Inicialmente, dois deles serviram como precursores para que, finalmente, em 1969, fosse publicada a "Análise Automática do Discurso". Utilizando-se do pseudônimo Thomas Herbert, Pêcheux publicou em 1966 na revista do Círculo da Escola Normal Superior de Paris um artigo com o título "Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais, especialmente da psicologia social"¹. Dois anos mais tarde, com o mesmo pseudônimo, publicou outro artigo: "Notas para uma teoria geral das ideologias"².

O primeiro artigo tinha como objetivo fornecer às ciências sociais um instrumento científico que lhe fosse próprio. Para isto, Pêcheux-Herbert sustenta ao longo do texto duas ideias centrais: 1) que o estado das ciências sociais (pelo menos em seu tempo) era um tanto pré-científico; 2) que o estabelecimento de uma ciência depende de instrumentos.

Partindo desse ponto o autor argumenta que toda ciência se desenvolve por um processo de rupturas e descontinuidades. Nesta perspectiva, toda ciência é, na verdade, a ciência da ideologia com a qual rompe. Esse primeiro momento produz a transformação do objeto da ciência que é consolidado por um trabalho de elaboração teórico-conceitual. Mas não para por aí. Para se consolidar como ciência, é preciso um trabalho de reprodução metódica de natureza conceitual e experimental. São esses dois processos que garantem a natureza teórica e prática de uma dada ciência.

De maneira bem incisiva, Pêcheux ilustra esse ponto tomando como exemplo a balança, um instrumento utilizado nas transações comerciais antes de ser apropriado também pela Física. Para tornar-se um instrumento da Física foi preciso primeiramente sistematizar seu funcionamento por meio de um trabalho

teórico-conceitual capaz de sustentar sua aplicação como instrumento científico. Quando um instrumento é apropriado por uma determinada ciência sem que se faça um sólido trabalho de construção teórico-conceitual que sustente sua aplicação, transformando o instrumento e adequando-o à ciência em que ele passa a filiar-se, perde-se completamente o critério de cientificidade.

Seria o caso, por exemplo, se esta mesma balança fosse apropriada pelas ciências sociais para pesar o cérebro do homem e da mulher, justificando a inferioridade intelectual da mulher sob a alegação de que seu cérebro é mais leve que o do homem³. Nesse caso, a relação causa/efeito não tem qualquer conexão plausível, por mais que o instrumento em sua natureza comum seja de precisão verificável e comprovada. Para dar um outro exemplo dessa falta de cientificidade, seria como utilizar uma balança para pesar o cérebro e relacionar o peso do cérebro a distúrbios do indivíduo, como se a balança fosse um instrumento de medir distúrbios e transtornos. É nesse sentido que Pêcheux criticava as ciências sociais de sua época, definindo-as como pré-científicas. Para mudar esse quadro era necessária uma reinvenção do instrumento e de sua apropriação pela teoria.

Quando não ocorre essa reinvenção do instrumento surge, dentro da própria ciência, a conservação de uma ideologia. Este é o tema com o qual Pêcheux se ocupou em seu segundo artigo. Quando uma ciência não consegue romper com a ideologia da ciência da qual emerge, ela se presta apenas ao papel de legitimar ideologias dominantes. Aqui chegamos ao ponto de entender porque Pêcheux utiliza esses dois primeiros textos como precursores. Era necessário criar a necessidade de romper com a ideologia, pois, para ele as ciências sociais eram essencialmente técnicas ligadas intimamente a uma prática política e a ideologias desenvolvidas em contato com essa prática, cujo instrumento é o discurso (HENRY, 1997, p.14).

Desse modo, é no discurso precisamente que se torna possível intervir teoricamente – propondo uma teoria do discurso – e na prática construindo um dispositivo instrumental: a análise do discurso. De imediato podemos afirmar que esta concepção do discurso como prática social e política proposta por

¹ HERBERT, Thomas. *Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement, de la psychologie sociale*. Paris: 1966. Disponível em: < <http://cahiers.kingston.ac.uk/vol02/cpa2.6.herbert.html> >. Acesso em out. 2017.

² HERBERT, Thomas. *Remarques pour une theorie generale des ideologies*. Paris: 1968. Disponível em: <http://cahiers.kingston.ac.uk/pdf/cpa9.5.herbert.pdf>. Acesso em out. 2017.

³ No século XIX essa era a ideia do fisiologista Theodor von Bischoff, que pesquisava o cérebro humano.

Pêcheux rompeu com o conceito de linguagem como um mero instrumento do qual o agente humano lança mão para transmitir informações. Existem papéis sociais e lugares de fala ocupados pelos sujeitos da comunicação que determinam o comportamento de cada um na construção do discurso.

No entanto, antes de seguir adiante precisamos recorrer à história para verificar com quais conceitos especificamente Pêcheux estava rompendo na sua proposta teórico-conceitual da Análise do Discurso.

1.1.1 A concepção de linguagem para os estruturalistas

Ao longo da história, a linguagem tem sido concebida de diversas maneiras que podem ser sintetizadas em três principais (KOCH, 1995, p.9):

1. Como representação (espelho) do mundo e do pensamento – o homem representa para si o mundo através da linguagem. Em outros termos, a linguagem possui a função de representar ou expressar o pensamento e o conhecimento de alguém sobre o mundo.
2. Como instrumento (ferramenta) de comunicação – nesse caso a língua é um código por meio do qual um emissor transmite uma mensagem ao receptor. Nesse caso a linguagem tem a função de transmitir informações.
3. Como forma (lugar) de ação ou interação – a linguagem é uma atividade, uma forma de ação interindividual e orientada de acordo com propósitos específicos. A linguagem, nessa perspectiva, é o lugar onde as interações sociais ocorrem e as práticas sociais se cristalizam. É um jogo que se joga na sociedade e no qual se faz necessário conhecer o seu funcionamento para estabelecer as regras do jogo.

Percebemos que nas duas primeiras concepções a linguagem é vista como tendo uma função. Este pressuposto por si só definia a linguagem como um produto acabado do qual os sujeitos lançavam mão para expressar sua visão de mundo, ou transmitir uma mensagem.

É precisamente com essa concepção de linguagem que Pêcheux rompe em seu texto publicado em 1969 com o título: Análise automática do discurso. Para ele, a ciência da linguagem nesse estado pretendia ser ao mesmo tempo

ciência da expressão e ciência dos meios desta expressão. O estudo gramatical e semântico era apenas um meio para um fim, a saber, a compreensão do texto e, pressupondo que os meios de expressão estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto – fazer-se compreender (PÊCHEUX, 2010 p.60).

Estudar o texto na tentativa de compreendê-lo, partindo dessa concepção de linguagem como tendo uma função, passava por um roteiro de questões mais ou menos definidas que, inclusive, emprega-se até hoje na prática escolar: de que fala este texto? Quais são as ideias principais neste texto? Este texto está em conformidade com as normas da língua na qual se apresenta? Quais são as normas próprias a esse texto? (PÊCHEUX, 2010, p.60).

Por outro lado, quando o estudo do texto atentava para as questões semânticas, tinha como foco responder a uma questão muito específica: "o que o autor quis dizer?". Ou seja, o sentido era visto como algo preso à palavra, cujo nível de interpretação possibilitava ao estudioso a alegação pretensiosa de ter "entrado na mente do autor" recuperando o que o mesmo quis dizer.

O primeiro grande avanço para romper com essa concepção de linguagem veio de Ferdinand de Saussure que propôs um deslocamento conceitual entre a prática e a teoria da linguagem. Ao pensar a língua enquanto um sistema, Saussure (1945) redefiniu o objeto da linguística da função para o funcionamento. O estudioso utilizou a metáfora do jogo de xadrez para afirmar que o objeto da linguística não era procurar qual a função de cada peça no tabuleiro (o que cada peça significa), mas compreender as regras que tornam possível o funcionamento de qualquer peça (como e porque as peças se movimentam no jogo, adquirindo diferentes significados). Em outros termos, o texto não pode ser o objeto da linguística porque ele não funciona. O que funciona é a língua.

Saussure delimitou como seu foco de pesquisa a língua deixando a fala fora de sua investigação. Ao fazer isto, estabeleceu uma dicotomia entre língua e fala que pode ser sintetizada da seguinte forma:

Tabela 1 - As diferenças entre Língua e Fala

LÍNGUA	FALA
Social	Individual
Fato social	Ato individual
Forma	Substância
Produto	Produção
Instrumento da fala	Atualiza a língua

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Saussure (1945)

Fica claro que para Saussure a língua é um fato social cuja a existência se funda nas necessidades de comunicação. É a partir desse ponto que Pêcheux tece algumas críticas ao postulado de Saussure, afirmando que as normas universais, presentes na língua e fixadas como uma propriedade da língua não eram suficientes para definir, por si só, a anomalia ou a normalidade de um enunciado, posto na relação enunciator/enunciatário.

Não são as normas universais da língua que garantem a compreensão e aceitação de um enunciado. Apenas para exemplificar, se um torcedor do Atlético Mineiro disser a um cruzeirense "o Atlético Mineiro é o melhor time do Brasil", por mais que esse enunciado esteja em acordo com as normas gramaticais da língua portuguesa, sua recepção pelo enunciatário (no caso, o cruzeirense) não se dará de maneira cordial e concordante. A frase só adquire sentido dentro de um mecanismo discursivo em uma situação de comunicação específica.

1.2 O quadro epistemológico da AD

16 O quadro epistemológico geral da Análise do Discurso (AD) engloba três áreas do conhecimento: "1) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações; 2) a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e 3) a teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos" (BRANDÃO, 2004, p.38). Para Pêcheux, o sentido é o ponto nodal entre a linguística, a filosofia e as ciências sociais. Sendo assim, "a finalidade do analista do discurso não é interpretar, mas compreender como um texto funciona, ou seja, como um texto produz sentidos" (ORLANDI, 2011, p.19).

Essa teoria rompeu com a noção realista de que a linguagem era apenas uma ferramenta – um instrumento acabado do qual os emissores lançam mão –, ou um meio para um fim: refletir ou descrever o mundo. Ao contrário disso, a AD adotou uma "convicção da importância central do discurso na construção da vida social [...] e rejeitou a noção do sujeito unificado coerente, que foi ao longo do tempo o coração da filosofia ocidental" (GILL, 2002, p.245-246).

Para entender a dinâmica da Análise do Discurso como fundamentação teórica, precisamos recuperar alguns postulados de Pêcheux. Para o autor o trabalho do analista é primordialmente analisar os processos que tornam os discursos possíveis. A função do pesquisador não está orientada para uma natureza interpretativa que busque um sentido mais profundo que o texto, como

um véu, encobre. Nesse sentido, o processo de produção de um discurso "é o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em 'circunstâncias' dadas" (PÊCHEUX, 2010, p.73).

A análise do processo de produção de um discurso se desdobra em duas ordens de pesquisa inter-relacionadas:

- o estudo das variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção particulares considerados sobre o 'fundo invariante' da língua [...].
- o estudo da ligação entre as 'circunstancias' de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas condições de produção – e seu processo de produção (PÊCHEUX, 2010, p. 73-74).

Dessas ponderações, percebemos que o processo discursivo se apoia em uma base dupla: uma base linguística regida pelas leis internas da língua – estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas; uma base ideológica que serve de apoio para o conjunto de regras discursivas que determinam as estratégias, conceitos e modalidades enunciativas. A língua é a "condição de possibilidade do 'discurso' [...]"; os processos discursivos constituem a fonte de produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido" (BRANDÃO, 2004, p.42).

A Análise do Discurso da Escola Francesa tem no discurso um "objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade, que é linguística" (ORLANDI, 2008, p.17). Essa visão do discurso como espaço que faz emergir as significações estabelece uma tríade básica nas formulações teóricas da análise do discurso: as condições de produção, a formação discursiva e a formação ideológica (BRANDÃO, 2004, p.42). Esses três elementos propostos por Pêcheux constituem-se também na base metodológica para o analista que deverá investigar não apenas as regras linguísticas que tornam o discurso possível, mas também as regras sociais e históricas que compõem as condições possíveis para que esse discurso signifique.

A proposta metodológica de Pêcheux aproxima a subjetividade da língua à objetividade das práticas sociais, tendo como ponto de encadeamento o discurso:

A contribuição de Pêcheux está no fato de ver nos protagonistas do discurso não a presença física de 'organismos humanos individuais', mas a representação de 'lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia' [...]. No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente de-

finíveis, acham-se representadas por uma série de 'formações imaginárias' que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do 'imaginário' do outro, fundar estratégias de discurso (BRANDÃO, 2004, p.44).

Maingueneau fez uma releitura da obra de Pêcheux estabelecendo os limites e objetivos metodológicos da Análise do Discurso. O autor teceu duras críticas contra a tendência de transformar a Análise do Discurso em mais um método hermenêutico, cujo objetivo é descobrir o sentido de um determinado texto. O papel da AD como fundamentação teórica é descrever os processos que tornam os sentidos possíveis de um determinado discurso. Maingueneau (1997, p.13-14) sistematiza essa composição metodológica ao afirmar que a AD precisa basear sua análise em três dimensões: o quadro das instituições que restringem fortemente a enunciação; os embates históricos e sociais que se cristalizam no discurso e o espaço próprio que o discurso configura para si no interior de um interdiscurso.

Quando o analista delimita o corpus que comporá a sua análise, não deve limitar o seu olhar partindo do princípio de que aquele discurso é produção de um determinado sujeito. O objeto da AD não é o texto tomado em sua singularidade, pelo contrário, deve "considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis" (MAINGUENEAU, 1997, p.14).

Percebe-se que a AD sustenta a ideia de que todo discurso é circunstancial. O analista parte do pressuposto de que o discurso cristaliza práticas que são culturais e sociais e não as intenções confinadas na cabeça de alguém.

Os analistas do discurso veem todo discurso como prática social. A linguagem, então, não é vista como mero epifenômeno, mas como uma prática em si mesma. As pessoas empregam o discurso para fazer coisas [...]. Realçar isto é sublinhar o fato de que o discurso não ocorre em um vácuo social. Como atores sociais, nós estamos continuamente nos orientando pelo contexto interpretativo em que nos encontramos e construímos nosso discurso para nos ajustarmos a esse contexto (GILL, 2002, p.248).

Portanto, o analista do discurso tem no material linguístico a base da sua análise, porém tem no discurso a emergência das práticas sociais e culturais que possibilitam ao discurso significar em uma dada circunstância de sua produção. Um dos erros mais recorrentes entre os pesquisadores que se aventuram pela

primeira vez na utilização da AD como aporte metodológico é ignorar que a Análise do Discurso não é apenas uma metodologia, mas um pressuposto teórico-metodológico. É impossível aplicar corretamente a teoria sem o domínio dos pressupostos teóricos que fundam a AD. No próximo tópico nos ocupamos, ainda que superficialmente⁴, de alguns desses pressupostos que são fundamentais para construção e aplicação metodológica da AD.

1.3 Alguns conceitos essenciais para Análise do Discurso

A leitura até esse ponto pode parecer complexa pela densidade teórica apresentada. No entanto, tudo passa a fazer sentido a partir de agora. Sendo assim, iniciamos pela definição do que é um discurso na perspectiva da AD.

Como já vimos, a AD distingue muito claramente o texto do discurso. O texto é uma base material sobre a qual emergem as significações. Para a Análise do Discurso, um texto é qualquer elemento que contenha uma linguagem, independentemente do código que utilize. Desta forma, um quadro pode ser um texto, assim como uma fotografia, um poema, um simples gesto etc. O universo que se descortina diante do analista constitui para ele o desafio de analisar o texto, pondo em relação seu "código linguageiro" e as regras que possibilitam a sua produção de sentidos.

Já o discurso, segundo Foucault, é o lugar no qual se cristalizam os "jogos estratégicos de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outros" (FOUCAULT, 2002, p.9). Orlandi define o discurso como um objeto histórico-social e afirma ainda que "tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc." (ORLANDI, 2008, p. 17). Isto é, os discursos emanam das práticas sociais e, em retorno, as transforma.

No senso comum, normalmente utilizamos o termo discurso para nomear uma preleção (escrita ou oral) extensa, cheia de frases de efeito e construções linguísticas rebuscadas. No entanto, para a AD uma única frase pode ser um discurso contendo uma pluralidade de significações e cristalizando relações de poder, conflitos e construção de identidades.

⁴ Os conceitos que serão esboçados nesse capítulo serão aprofundados nos capítulos seguintes.

Para exemplificar, pensemos na frase “tchau querida!”. A unidade linguística composta de apenas duas palavras, a princípio, parece bastante comum e usual nas relações cotidianas. Indica uma maneira carinhosa de despedir-se de alguém: um pai deixando a filha na porta da escola, ou um marido despedindo-se da esposa no fim de uma ligação telefônica.

No entanto, na imagem a seguir a frase materializa todo um discurso político carregado de ironia e marcado por uma situação de produção sócio-histórica.

Figura 1 - Parlamentares exibindo cartazes enquanto votavam o impeachment de Dilma



Fonte: Blog do Noblat. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2016/04/tchau-querida.html>

Primeiramente, precisamos lembrar que a frase foi apropriada de uma das gravações feitas pela polícia federal, na qual Lula e Dilma falavam sobre a operação Lava Jato. A gravação revelou uma discussão de manobras políticas para conter a crise no governo em meio às acusações de corrupção. No final, Lula se despede de Dilma dizendo: “Tchau querida!”. Como se nota, a frase por si só tinha uma funcionalidade muito simples no diálogo entre Lula e Dilma: uma despedida.

Porém, a expressão foi apropriada pelos partidos não-aliados do governo e pelos populares que queriam o impeachment de Dilma. O tchau querida que a princípio era apenas uma expressão de afeto na despedida entre dois aliados e amigos de longa data, adquiria uma nova significação e passava a expressar em tom irônico um desejo de ver a presidente afastada do poder. Funcionou também como uma lembrança constante das acusações de corrupção contra o governo em exercício, já que remetia ao seu discurso de origem. A questão que se levanta nesse ponto é: o que possibilita a uma mesma unidade linguística

adquirir significações tão distintas? Para responder a isso, vamos a um segundo pressuposto fundante na AD: a enunciação.

1.3.1 Enunciado e enunciação

Sobre esta distinção, vamos primeiramente recuperar algumas definições de Bakhtin. Apesar de não ser um Analista do Discurso, mas um filósofo da linguagem, alguns conceitos formulados por ele são fundamentais para a AD. Dentre eles o de enunciação.

Bakhtin se ocupou exatamente do material deixado à margem nas pesquisas de Saussure: a fala. Seu objetivo foi formular o conceito de enunciação enquanto algo fundamental para entender o processo de construção de sentidos entre os falantes.

Para o filósofo da linguagem a matéria linguística é apenas uma parte do enunciado, mas existe também uma outra parte não-verbal que corresponde ao contexto de enunciação. Nesse caso, a situação de enunciação passa a ter o papel de componente necessário à compreensão e explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação verbal.

A percepção de Bakhtin é de que todo enunciado tem uma parte não verbal; e que esta, ao se ligar ao contexto da enunciação, rompe com a linguística estruturalista. Defende também que o sujeito “utiliza a palavra para trabalhar o mundo, e para tanto a palavra deve ser superada de forma imamente, para tornar-se expressão do mundo dos outros” (BAKHTIN, 1997, p.208). Os significados não estão presos e fixados no código linguístico. A situação de enunciação em que o enunciado é produzido se torna um componente indispensável para a compreensão e explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação; ou seja, “se perdermos de vista os elementos da situação, estaremos tão pouco aptos a compreender a enunciação como se perdêssemos suas palavras mais importantes” (BAKHTIN, 2006, p.132).

É a enunciação que orienta a forma como o locutor fará uso da língua, pois todo uso que faz da linguagem é direcionado a atingir objetivos específicos gerados pela situação de enunciação.

Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas (para o locutor, a construção da língua está orientada no sentido da enunciação da fala). Trata-se, para ele, de utilizar as formas normativas (admitamos, por enquanto, a legitimidade destas) num dado contexto concreto. Para ele, o centro de gravidade da língua não reside na confor-

midade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto (BAKHTIN, 2006, p.93).

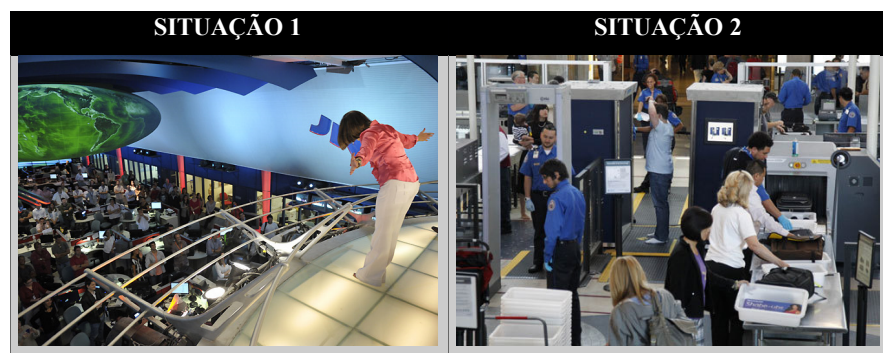
Para exemplificar, tomemos como referência o enunciado "Já são 22 horas". Imaginemos esse enunciado nas três situações a seguir:

1. Três amigos estão conversando e sorrindo em uma praça de alimentação quando um deles olha para o relógio e diz: já são 22 horas.
2. O pai entra na sala da casa onde a filha está com o namorado e diz: já são 22 horas.
3. O namorado aguarda impaciente a chegada da namorada na porta do cinema. Quando ela chega o namorado diz: já são 22 horas.

Percebemos que o enunciado se repetiu em todas as três situações de enunciação, porém, em cada uma delas produziu um efeito de sentido completamente diferente. No primeiro caso o enunciado funciona como uma constatação de que o encontro foi agradável: "nossa, como o tempo passou rápido!". No segundo caso o pai está expressando uma advertência para o namorado da filha: "é hora de você ir embora". Já no terceiro e último caso, o enunciado funciona como uma repreensão à namorada: "você está atrasada". Verificamos desse modo que o sentido não está preso à palavra, mas ao contexto em que essa palavra é colocada em circulação.

Tomemos como base o enunciado "Tenho uma bomba". Como você interpretaria esse enunciado e qual seria a sua reação se ele fosse posto em circulação nas duas seguintes situações?

Quadro 1 - Os efeitos de sentido em diferentes situações de enunciação



Fonte: Elaborado pelos autores. Imagens da internet

No primeiro contexto bomba significa um furo de reportagem, uma notícia de última hora. Teria nos enunciatários um efeito de aproximação e curiosidade para saber qual é essa notícia tão inesperada. Já no segundo caso, bomba provavelmente seria interpretada como um artefato explosivo provocando tumulto e correria na direção contrária à do enunciatário. O mesmo enunciado provoca efeitos de sentido e comportamentos diferentes no enunciatário de acordo com a situação de enunciação. Para entender melhor esses efeitos de sentido consideramos no próximo tópico o conceito de intersubjetividade.

1.3.2 A teoria da intersubjetividade

A enunciação tem uma natureza singular, sendo impossível sua reprodução, mesmo que os enunciados sejam idênticos. Isso porque toda enunciação constitui-se num espaço único de trocas intersubjetivas, pois

é preciso levar em conta, simultaneamente, a enunciação – o evento único e jamais repetido de produção do enunciado. Isto porque as condições de produção (tempo, lugar, papéis representados pelos interlocutores, imagens recíprocas, relações sociais, objetivos visados na interlocução) são constitutivas do sentido do enunciado: a enunciação vai determinar a que título aquilo que se diz é dito (KOCH, 1995, p.13-14).

Bakhtin propôs uma concepção dialógica da linguagem. O Outro está presente em toda situação de enunciação e participa ativamente na construção de sentidos de qualquer discurso. Podemos afirmar que o outro "é ao mesmo tempo constitutivo do ser e fundamentalmente assimétrico em relação a ele: a pluralidade dos homens encontra seu sentido não numa multiplicação quantitativa dos 'eu', mas naquilo em que cada um é o complemento necessário do outro" (TODOROV, 1997, p.14-15).

Mesmo quando esse outro não é uma presença física na situação de enunciação, ele surge no imaginário do locutor enquanto um interlocutor ideal, a quem o discurso se destina. E até na sua forma idealizada, o interlocutor exerce coerções e interdições na produção do discurso do locutor.

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da pala-

vra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 2006, p.115).

Quando o namorado escreve uma carta para a namorada imagina até mesmo de que maneira a namorada receberá a carta (romantismo), que emoções sua carta despertará (paixão, afeto, carinho), onde e como ela vai ler a carta (sentada no sofá, deitada na cama, etc.) e em que contexto a entrega da carta se dará (no dia do aniversário de namoro? Enquanto uma tentativa de reconciliação após um desentendimento entre os dois? Após ela ter proposto o fim do relacionamento?). Perceba que mesmo não estando presente fisicamente, a namorada terá uma influência direta na escolha das palavras pelo namorado; no tom que ele dará à carta (romântico, complacente, agressivo) e na argumentação que desenvolverá ao longo de sua escrita.

Queremos afirmar com isso que toda enunciação sempre envolve EU e o OUTRO, mesmo quando não há uma presença física. Eu só posso me tornar sujeito no discurso a partir dessa relação com o Outro que também é uma construção do discurso. Em outros termos, tanto o sujeito enunciador quanto o enunciatário são construções discursivas e não necessariamente pessoas em carne e osso. Isto nos remete àquele que talvez seja o principal postulado teórico de Pêcheux: as formações imaginárias.

1.3.3 Formações imaginárias

A enunciação instaura um jogo de espelhos em que enunciador e enunciatário atribuem simultaneamente uma imagem para si e para o outro. Ao tomar a palavra, o enunciador passa a ocupar um lugar social e, automaticamente, atribui ao seu interlocutor um lugar social correlato. A imagem que ele construirá de si será orientada pelas suas intenções no momento da enunciação. Portanto, o que define o que e o como será dito é essa constituição do ser como sujeito e a imagem que ele faz de si, que ele faz do outro e que faz também da situação presente.

Pêcheux (2010, p.81) propôs essa perspectiva ao afirmar que "o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro".

A proposta teórica de Pêcheux aproxima a subjetividade da língua com a objetividade das práticas sociais, tendo como ponto de encadeamento o discurso:

No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de 'formações imaginárias' que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do 'imaginário' do outro, fundar estratégias de discurso (BRANDÃO, 2004, p.44).

Quando alguém toma a palavra, o faz de um lugar social previamente definido. E então constrói os seus dizeres tendo em mente as seguintes questões: De que lugar social eu estou falando? A quem estou dirigindo a palavra? Como é o meu enunciatário? Qual o seu ponto de vista sobre o assunto sobre o qual vou falar? O que ele espera de mim?

Do mesmo modo, o enunciatário constrói imagens mentais sobre o seu enunciador, capazes de criar certas expectativas a respeito dele e de seu discurso: De que lugar social ele vai me falar? Quem é o enunciador? Qual o ponto de vista dele sobre esse assunto? Qual é o meu lugar social para que ele me dirija a palavra? O que ele espera de mim?

Ilustramos isso com a imagem abaixo:

Figura 1 - As formações imaginárias



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Pêcheux (2010)

Suponhamos essas construções imaginárias dentro do contexto escolar. Ao assumir a palavra determinado enunciador assume o lugar social de um professor e automaticamente atribui ao seu enunciatário o lugar social correlato de aluno. Essa primeira concepção já determina que comportamentos são esperados tanto do professor quanto do aluno para que o gênero aula se estabeleça. O professor espera que o aluno tenha interesse e participe da aula quando solicitado (e o aluno tem consciência de que é isto que o professor espera dele). Já o aluno espera que o professor tenha domínio do tema e lhe acrescente conhecimento dentro do assunto proposto (e o professor sabe que o aluno espera isto dele).

Se ao longo da aula estas expectativas forem frustradas, a construção de sentidos ficará comprometida. Se um aluno interromper sucessivas vezes o professor, tomando a palavra e argumentando longamente sobre o assunto, não vai demorar muito para causar estranheza entre os demais colegas alunos sob a alegação: "Quem ele pensa que é? Está achando que é o professor?". Se por outro lado o professor demonstrar nervosismo e falta de conhecimento da matéria, os alunos poderão concluir, ainda que silenciosamente: "Esse professor não sabe nada".

Um bom e descontraído exemplo de tudo que tratamos até aqui pode ser encontrado na anedota a seguir:

Quadro 1 - Piada do e-mail errado

E-mail errado⁵
Um casal decide passar férias numa praia do Caribe, no mesmo hotel onde passaram a lua de mel há 20 anos atrás. Por problemas de trabalho, a mulher não pode viajar com seu marido, deixando para ir uns dias depois.
Quando o homem chegou no hotel e foi para seu quarto, viu que havia um computador com acesso à internet e decidiu enviar um e-mail para sua mulher, mas, errou uma letra sem se dar conta e o enviou a outro endereço.
O e-mail foi recebido por uma viúva que acabara de chegar do enterro do seu marido, um pastor. Ao conferir seus e-mails e se deparar com a mensagem a mulher desmaiou subitamente.
Ao entrar na casa, o filho encontrou sua mãe desmaiada perto do computador. E na tela estava aberta a seguinte mensagem:

⁵ Autor desconhecido. **E-mail errado**. Piadista.com. Disponível em: < <http://piadista.com/piada.asp?id=79>>. Acesso em out. 2017.

- Querida esposa: Cheguei bem. Provavelmente você se surpreenda em receber notícias minhas por e-mail, mas, agora tem computador aqui e por isso posso enviar mensagens às pessoas queridas. Já me certifiquei que está tudo preparado para sua chegada no final de semana. Tenho muita vontade de te ver e espero que sua viagem seja tão tranquila como foi a minha.

OBS: Não traga muita roupa, porque aqui faz um calor infernal!!!!

Fonte: Piadista.com

A piada serve para mostrar como o sentido é uma construção dos sujeitos em dada situação de enunciação e também nas imagens que cada um faz de si mesmo e do outro. Vamos, no tópico seguinte, investigar melhor a questão da construção de sentidos do discurso.

1.3.4 Os sentidos do discurso

A primeira afirmação que fazemos nesse tópico pode ser, a princípio, vista com desconfiança. No entanto, para a AD o sentido está no Outro. Não negamos, de modo nenhum, que o enunciador tem uma intencionalidade ao construir seu discurso; porém, o sentido que esse discurso fará para o seu enunciatário depende da atribuição de sentidos que esse enunciatário fará do encadeamento dos enunciados dentro de uma situação específica de enunciação. Talvez a evidência mais cotidiana deste postulado sejam as constantes afirmações que ouvimos no dia a dia: não foi isto que eu quis dizer.

Para a AD todo discurso é de natureza polissêmica (não existe um único sentido, mas uma pluralidade deles num único discurso) e polifônica (existem muitas vozes que falam em um mesmo discurso). Vamos entender melhor cada caso.

A construção de sentidos só é possível na relação dinâmica entre identidade e alteridade, tendo como centro o espaço discursivo criado entre os parceiros da comunicação (BRANDÃO, 2004, p.76). Porém, a AD afasta-se da concepção subjetivista de sujeito, enquanto algo dado a priori, um sempre/lá que é origem do dizer. A relação entre o sujeito e o signo para a construção de sentidos, instaura um processo contínuo de interpretação e negação da interpretação.

Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência,

como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico (ORLANDI, 2005, p.45-46).

Essas formulações têm base nas teorias do discurso sistematizadas por Pêcheux (2010). O autor afirma que tanto os sentidos quanto o sujeito são construções do discurso e nenhum dos dois é dado a priori. Ao tomar a palavra, o sujeito ocupa um lugar social e, pautado pela formação ideológica e pela formação discursiva, constitui-se sujeito à medida que "constrói" o seu dizer.

Podemos afirmar que o sentido se constitui da relação do sujeito afetado pela língua, com a história. No entanto, é "o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito" (ORLANDI, 2005, p.47).

Apesar de todos os exemplos anteriores ilustrarem bem esta ideia, apresentamos a seguir uma charge que mostra como os sentidos transitam dentre uma vasta possibilidade de sentidos de acordo com as interpretações de cada sujeito:

Figura 3 - As diferentes possibilidades de sentido



Fonte: Imagem da internet

Talvez o ambiente de pressão na empresa com boatos de crise, somados a um forte sotaque do chefe, tenham levado o primeiro sujeito a interpretar "deste pedido" como despedido. Daí para frente há uma sucessão de reinterpretções que culminam com o pavor de uma demissão em massa.

A charge nos mostra ainda a natureza polifônica do discurso. Todo o nosso dizer sempre é atravessado por outras vozes e ancorado em outros discursos. Para entendermos melhor este conceito tratamos da questão do interdiscurso no próximo tópico.

1.3.5 O interdiscurso

Na gênese de todo discurso, está o interdiscurso. Em outros termos, "o interdiscurso tem precedência sobre o discurso. Isso significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos" (MAINGUENEAU, 2008, p.20). Entendemos por interdiscurso a relação multiforme de um discurso com outros, ou seja, um espaço discursivo no qual os discursos articulam trocas de sentido, ora apropriando-se uns dos outros, ora excluindo-se uns aos outros (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.286).

Segundo Maingueneau (2008) o trabalho do analista é colocar os espaços discursivos em relação, pois na gênese de todo discurso está o interdiscurso, ou seja, os discursos possíveis dos quais se constitui. Foucault (2008) afirma que esse deve ser o deslocamento conceitual proposto pelo analista do discurso: na análise linguística busca-se estabelecer as regras de construção de um enunciado, regras estas que possibilitam o surgimento de outros enunciados semelhantes. Já para o analista do discurso, a questão que se apresenta no desafio de descrever os acontecimentos do discurso é: "como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?" (FOUCAULT, 2008, p.30).

Para exemplificar esse pressuposto teórico utilizamos a seguinte imagem:

Figura 4 - Anúncio de uma funerária



Fonte: Imagem da internet

Veja como o anúncio cômico só adquire sentido porque os discursos sobre sogra que circulam em nossa cultura criam um estereótipo de sogra que permite essa interpretação. Porém, em outra cultura, onde os discursos valorizam o papel de sogra, o mesmo anúncio poderia ser interpretado como um ultraje.

Portanto, todo discurso só adquire sentido dentro de uma rede de discursos com os quais estabelece diálogo, hora negando-os, hora apropriando-se deles.

1.4 A AD como fundamentação teórica

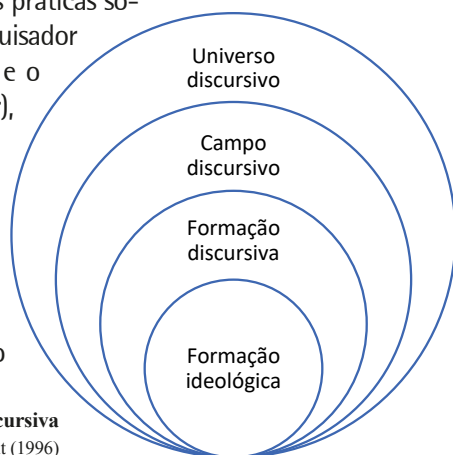
Segundo Gill (2002), o construtivismo dialoga com a base epistemológica que sustenta a AD como fundamentação teórica. O Construtivismo tem como principais características: 1) a recusa de que as nossas observações do mundo nos revelam sua natureza autêntica; e 2) o pressuposto de que a construção do conhecimento está ligado a ações/práticas – a construção social de pessoas, fenômenos ou problemas. Soma-se a isso:

O reconhecimento de que as maneiras como nós normalmente compreendemos o mundo são histórica e culturalmente específicas e relativas.
A convicção de que o conhecimento é socialmente construído, isto é, que nossas maneiras atuais de compreender o mundo são determinadas não pela natureza do mundo em si mesmo, mas pelos processos sociais (GILL, 2002, p.245).

Sendo o discurso o lugar onde as práticas sociais se cristalizam, o trabalho do pesquisador não é analisar a relação entre o autor e o que ele quis dizer (ou disse sem querer), mas sim determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (FOULCAULT, 1996). Para proceder uma análise é preciso identificar os elementos constitutivos do discurso, regidos por determinadas regras, denominadas por Foucault de formação discursiva.

Figura 5 - Formação discursiva

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Foucault (1996)



Então, a primeira coisa que o analista precisa identificar é a qual universo discursivo pertence o material de sua análise: Religioso? Jornalístico? Publicitário? Científico?

O segundo passo é identificar a qual campo discursivo dentro desse universo o material de sua análise filia-se. Por exemplo, se o analista identifica que o material de sua análise é um discurso religioso, a segunda questão a ser verificada é a qual religião o texto analisado filia-se: é o discurso religioso Cristão? Islâmico? Hindu?

Supondo que o material analisado pertença ao campo discursivo da religião cristã, o analista deverá situar o discurso em relação a sua formação discursiva: é um discurso religioso cristão Católico? Protestante?

Observemos que apesar de pertencer ao mesmo campo discursivo (religião cristã), cada uma assume posicionamentos discursivos muito distintos e mesmo contraditórios e polêmicos em alguns casos. Mas ainda existe uma última regra de formação constitutiva do discurso que não pode ficar fora da análise: a formação ideológica.

Supondo que o analista identificou que seu material de análise constitui-se de um discurso religioso cristão Protestante. A questão que se levanta é em torno das ideias dominantes nesse discurso que permitem ao analista situá-lo dentro de uma dada formação ideológica: Por exemplo, trata-se de um discurso de ideologia Calvinista⁶? Arminiana⁷?

Destacamos que ao longo do processo, o analista do discurso fará constantemente o percurso de idas e vindas do universo discursivo à formação ideológica, e da formação ideológica ao universo discursivo, encontrando regularidades e diferenças em cada uma das formações constitutivas da formação discursiva. É esse processo que possibilita ao analista identificar como o discurso funciona; os lugares sociais de fala que o sujeito ocupa no discurso; os discursos com os quais o material analisado estabelece relação e os efeitos de sentido possíveis que emergem dessa relação. Mas uma outra questão importante ainda precisa ser respondida: como se faz a seleção do material de análise e quais os critérios de cientificidade dessa seleção?

⁶ Conjunto de doutrinas desenvolvidas por João Calvino sendo a mais notável delas a doutrina da predestinação, ou seja, enfatiza a soberania de Deus na salvação humana.

⁷ Conjunto de doutrinas desenvolvidos pelo teólogo holandês Jacobus Arminius que enfatiza a responsabilidade humana na salvação.

1.4.1 A construção do *corpus* na Análise do Discurso

Visto que a amostragem estatística é provavelmente a mais recorrente das técnicas para coleta de dados nas ciências sociais, se faz necessário abrir um parêntese para explicitar e justificar uma outra técnica: a construção do *corpus*.

Bauer e Aarts (2002, p.40) distinguem a amostragem estatística aleatória da construção de *corpus* ressaltando que uma não é inferior à outra. Para os autores a distinção de uma e outra técnica depende do que se deseja extrair do objeto: "a construção de um *corpus* tipifica atributos desconhecidos, enquanto que a amostragem estatística aleatória descreve a distribuição de atributos já conhecidos no espaço social".

A amostragem tem sua base lógica na representatividade, ou seja, possibilita ao pesquisador estudar apenas parte de uma população, sem que se percam as informações. No entanto, apesar de ser útil e eficiente em boa parte das pesquisas sociais, a amostragem não se aplica a todas as situações de pesquisa. Por exemplo, quando se trata de sistemas abertos, onde a população não pode ser conhecida, esta técnica torna-se inviável.

Observe o conteúdo da fala, a concatenação das palavras, em um pequeno número de palavras, de acordo com uma gramática. Em qualquer momento, o número de frases possíveis é infinito porque o espaço de combinação das palavras é um recurso infinito. Falas, conversações e interações humanas são sistemas abertos, cujos elementos são as palavras e os movimentos em um conjunto infinito de sequências possíveis. Para sistemas abertos a população é, em princípio, impossível de ser conhecida. Seus elementos podem ser no máximo tipificados, mas não listados (BAUER; AARTS, 2002, p.43).

Em estudos desta natureza a construção de um *corpus* é mais eficiente. Para Barthes (2006, p.104) o *corpus* seria como "uma definição finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, conforme certa arbitrariedade (inevitável) em torno da qual ele vai trabalhar". Talvez a resistência por parte de alguns pesquisadores quanto à construção de um *corpus* como técnica de coleta de dados, passe pela dificuldade em admitir esta arbitrariedade de que fala Barthes, fato que poderia comprometer a "isenção" do pesquisador. Orlandi (1995, p.117) demonstra em poucas palavras a ingenuidade dessa preocupação, assegurando que para os analistas do discurso isto não se coloca como um problema ou obstáculo para realização da pesquisa:

A mediação da própria análise, da teoria e dos objetivos do analista são parte da construção do texto como unidade da análise. Isto é também parte da historicidade. E é nesse sentido que dizemos que o *corpus* não é nunca inaugural em AD. Ele já é uma construção (fato) [...]. Estes objetos que são nossos materiais de análise só o são em sua provisoriedade (ORLANDI, 1995, p.117-118).

Entretanto, para que se garanta a cientificidade do procedimento, alguns critérios precisam ser observados na construção de um *corpus*. O primeiro deles visa garantir uma construção equilibrada. Para isto, o pesquisador precisa estabelecer uma sequência lógica para esse processo de construção, seja através de uma investigação empírica piloto e análise teórica – que se caracterizaria pelo delineamento do *corpus* e ou compilação de porção desse *corpus* (BAUER; AARTS, 2002, p.53).

Para fazer um delineamento consistente o pesquisador deve observar critérios de pertinência, homogeneidade e sincronicidade. O critério de pertinência é também um princípio limitativo, já que ao construir o *corpus* o pesquisador descreve os fatos reunidos a partir de um único ponto de vista e se propõe a reter desta massa heterogênea dos fatos apenas aqueles que interessam a este ponto de vista. Em outros termos, os materiais de um *corpus* devem ter apenas um foco temático (BARTHES, 2006, p.103).

Outro cuidado necessário é a garantia de que a substância material dos dados seja tão homogênea quanto possível. Materiais textuais, imagéticos e sonoros, quando possível, devem ser categorizados e analisados distintamente. De igual modo o suporte em que estes materiais são veiculados, mesmo que façam parte do mesmo projeto, devem ser separados em *corpus* diferentes para fins de comparação, quando for o caso (BARTHES, 2006, p.105).

E por fim, o pesquisador deve estar consciente de que um *corpus* é uma intersecção na história. Portanto, os materiais selecionados devem ser escolhidos dentro de um ciclo natural. Por exemplo, padrões familiares permanecem estáticos por décadas, enquanto que os padrões da moda mudam a cada estação. É este ciclo natural que possibilita ao pesquisador fazer um recorte sincrônico e preciso (BARTHES, 2006, p.105).

Outros dois fatores imprescindíveis na construção de um *corpus* são as variáveis internas e externas. Partindo do pressuposto de que o sentido nasce da diferença, o trabalho do analista do discurso é realizar operações de contraste capazes de colocar em paralelo diversas sequências discursivas. Sendo assim, os *corpus* devem ser construídos segundo certas variáveis que permitam comparar tais sequências, quer sejam variáveis externas ou internas (CHARAUDEAU, 2011, p.13). Nas variáveis externas o analista contrasta discursos pertencentes

a épocas diferentes (variável temporal). Por exemplo, a imprensa do século XIX comparada com a atual; ou discursos vindos de espaços diferentes (variável espacial e cultural): a publicidade francesa comparada à publicidade brasileira; ou ainda podem comparar discursos oriundos de dispositivos situacionais diferentes, tais como o contraste de discursos de tipologias diferentes (político e publicitário), na busca por apreender se suas respectivas estratégias de persuasão são ou não semelhantes e outros. (CHARAUDEAU, 2011, p.13).

Já as variáveis internas se situam no interior de um mesmo campo discursivo e atentam para os componentes situacionais que estruturam as práticas sociais. No campo político, por exemplo, os domínios de atividades são variados: os do governo, do parlamento, dos conselhos etc. A palavra não circula da mesma forma em todos eles e as normas contratuais e discursivas são diferentes porque o sentido da palavra varia de acordo com as situações de comunicação (CHARAUDEAU, 2011, p.13-14).

Nos próximos capítulos estabelecemos de maneira mais aprofundada e aplicada alguns conceitos já abordados. O objetivo é que com o domínio dos pressupostos teóricos sejamos capazes de aplicar a fundamentação teórica da AD com maior facilidade, sabendo para onde dirigir nosso olhar, desde a seleção do material de análise (construção do *corpus*), até a confiança dos resultados obtidos pela análise propriamente dita.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO

BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: Um princípio para coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ED). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **"Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática"**. Diadorim – Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Vol. 10, p. 1-23, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU editora, 2002.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ED). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1997.

KOCH, Ingedore Villaça. **A Inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas – SP: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas. 3ª edição, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas – SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Texto e discurso**. Organon – Revista do Instituto de Letras da UFRGS. Porto Alegre – RS: Vol. 9, n. 23, 1995. p. 111-118.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas – SP: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. Buenos Aires: Editorial Lousada, 1945.

TODOROV, Tzevetan. Prefácio à obra de Bakhtin. In: BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Referências da internet

HERBERT, Thomas. **Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement, de la psychologie sociale**. Paris: 1966. Disponível em: < <http://cahiers.kingston.ac.uk/vol02/cpa2.6.herbert.html>>. Acesso em out. 2017.

HERBERT, Thomas. **Remarques pour une theorie generale des ideologies**. Paris: 1968. Disponível em: <http://cahiers.kingston.ac.uk/pdf/cpa9.5.herbert.pdf>. Acesso em out. 2017.



SUJEITO, UMA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA

2

2.1 O dialogismo no discurso

Analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto (FERNANDES, 2007, p.21).

Como se concebe o sujeito na AD?

O sujeito na AD não é um sujeito falante, individualizado; é um sujeito que faz parte de determinada conjuntura social, ocupa um lugar social, está historicamente marcado por ideologias e, por isso mesmo, é heterogêneo, pois se constitui por meio de diversas vozes, está em interação social com outras vozes, com outros discursos, é ativo.

Os sujeitos assumem um lugar sócio-ideológico e, por isso, o discurso que proferem produz determinado efeito de sentido.

O sujeito na AD é um sujeito discursivo, um ser social, inserido num espaço coletivo, com determinadas ideologias, é um sujeito histórico, pois está inserido de uma maneira e não de outra, devido as relações e tensões com que convive em seu tempo. A voz social desse sujeito discursivo mostra o lugar social que ocupa e se constitui por meio de outras vozes. O sujeito discursivo não é soberano por si.

Em termos de AD, compreender o sujeito é compreender quais são as vozes sociais presentes em sua voz e, para isso, recorremos a outro termo cunhado por Bakhtin, o dialogismo, significando que tudo está em diálogo, os sujeitos, seus discursos e suas práticas sociais⁸. Para este autor, portanto, o cerne das ideologias está na interação. O dialogismo seria um princípio inerente ao funcionamento social da linguagem e, conseqüentemente, responsável pela produção de sentidos do discurso. O dialogismo é concebido na relação entre o eu e o tu e entre o eu e o outro, ambos socialmente organizados. O outro para Bakhtin tem um papel importante nessa interação, visto que ele valida/constitui o sentido. As relações dialógicas, ao serem travadas entre línguas, sentidos e vozes sociais, evidenciam a coexistência de uma pluralidade de manifestações discursivas, que se materializam na noção de heteroglossia, entendida como a interação de múltiplas perspectivas individuais e sociais, representando uma estratificação da linguagem, ou seja, a heteroglossia mostra o quanto não somos autores soberanos das palavras que proferimos. A forma como nos expressamos está sempre impregnada de contextos, estilos e intenções distintas, marcadas

pelo meio e pelo tempo em que vivemos. O dialogismo é uma produção histórica de um sujeito que não é estático, pois está em movimento, em relação social e cultural; trata-se de uma

intervenção discursiva ativa, condicionada por circunstâncias sociais e históricas precisas. O conceito em si quer enfatizar que a lógica do discurso não é nem gramatical, nem emprestada à realidade, mas sim uma lógica de interação social, num sentido metafórico, uma lógica de diálogo (HIRSCHKOP, 2010, p.94).

Ou seja, o dialogismo é uma atividade de interação e na interação é que os sujeitos criam e transformam-se uns aos outros.

Desse modo, podemos pensar que para compreendermos os sujeitos de determinada notícia, devemos levar em consideração que a mídia é um agente de significação e tem em sua estruturação uma base ideológica. Portanto, ao se falar, na mídia, sobre o Movimento dos Sem Terra, temos as palavras 'ocupação' e 'invasão' de terras. Cada palavra vai além do sentido denotado, pois carrega outros sentidos e faz parte de um posicionamento que se opõe ao posicionamento do outro (FERNANDES, 2007), sendo que esses efeitos de sentido serão produzidos a partir dos lugares sociais que esses sujeitos ocupam. Assim, uma mesma palavra poderá ter sentidos diferentes de acordo com os sujeitos (e os seus locais sócio-ideológicos) que a empregam – as palavras ganham sentido quando colocadas em jogo pelos sujeitos falantes.

Figura 6 – Notícia utilizando o signo invasão



⁸ O entendimento do dialogismo dos sujeitos para Bakhtin vai além da enunciação, pois o autor considera que os corpos dos sujeitos, estando vivos, carregam a realidade de vida de um determinado lugar e, por isso, marcado social, cultural, econômico e historicamente (HOLQUIST, 2010, p.37).

Figura 7 – Notícia utilizando o signo ocupação



Fonte: <http://www.mst.org.br>

“Os efeitos de sentido desses enunciados [invasão, ocupação] revelam conflitos sociais decorrentes dos espaços de enunciação, dos lugares sociais assumidos por diferentes sujeitos socialmente organizados” (FERNANDES, 2007, p.49). O sentido, ao se enunciar invasão ou ocupação, tem um posicionamento ideológico e histórico.

Dessa forma, as várias vozes que compõem a voz do sujeito na AD denominam-se **polifonia (poli – muito, fonia – vozes)**. Em conjunto com a polifonia temos a noção de heterogeneidade, partindo do pressuposto que o sujeito não é homogêneo, ou seja, é constituído por meio de elementos e vozes diversas.

A noção de polifonia é derivada da música e foi adotada, originalmente, por Mikhail Bakhtin, em seus estudos sobre o romance, analisando as obras de Dostoiévski (BAKHTIN, 1997). Nesses estudos ele observou o funcionamento dos discursos em diferentes vozes presentes no gênero romance, organizando-as em sua complexidade. O sujeito em interação ou diálogo com outros num período historicamente estabelecido, daí as várias vozes presentes no romance. “Essas vozes são socialmente organizadas e possibilitam o estabelecimento das relações sociais” (FERNANDES, 2007, p.37).

A noção de polifonia foi utilizada como objeto de estudo no romance, mas ela pode e deve ser entendida no cotidiano, na circulação dos discursos e na organização das pessoas no mundo, o que faz com que tudo esteja em relação e que as vozes se complementem. Assim, se o sujeito discursivo é heterogêneo e se constitui por meio de discursos proferidos por diversas outras vozes, ele é polifônico: “os sujeitos constituem-se pela interação social; o “eu” e o “outro” são inseparáveis e a linguagem possibilita-lhes a interação” (FERNANDES, 2007, p.38).

O dialogismo e a polifonia estão presentes na constituição dos sujeitos de uma determinada realidade social.

O dialogismo é um processo de interação discursiva em que nem sujeito, nem texto, nem discurso são vistos isoladamente, mas sendo um local de interação, os sujeitos se inserem uns nos outros, se sobrepõem, entram em negociação. Ao falarmos (sujeitos) tomamos o discurso do outro, escolhemos as palavras, os signos, as imagens para compor o nosso próprio texto e, dessa relação dialógica, surge a enunciação, que ganhará novos significados, ou poderá ser utilizada em diferentes contextos.

As ocorrências do dialogismo aparecem de diversas formas, passíveis de serem identificadas por meio de pequenas marcas presentes no texto e que demonstram o indício do discurso do outro. Muitas vezes, quando o discurso é indireto, não é possível identificar, exatamente, o discurso do outro. O reconhecimento das marcas será mais evidente ou não dependendo dos gêneros textuais e discursivos em que o discurso está inserido. Essas noções bakhtinianas foram incorporadas, por volta de 1980, à AD francesa, principalmente com as noções de heterogeneidade discursiva, desenvolvidas por Jacqueline Authier-Revuz.

Assim, não compreendendo os discursos de maneira homogênea, a **heterogeneidade discursiva** pode ser compreendida, como propõe Authier-Revuz. Para a autora há duas noções pelas quais os sujeitos podem ser compreendidos:

– **heterogeneidade mostrada**: o discurso é marcado, é mostrado, está explícito no discurso do outro e pode ser identificado, ou seja, quando escrevo este livro e utilizo citações de Bakhtin e Fernandes eu estou explicitando no texto as vozes desses autores. A heterogeneidade mostrada coloca o outro (BAKHTIN, FERNANDES) na sequência do discurso como “discurso direto, aspas, formas de retoque ou de glosa, discurso indireto livre, ironia” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.25).

– **heterogeneidade constitutiva**: os discursos existem no sujeito por meio de um entrelaçamento de vários discursos que interpelam o sujeito no seu meio social, ou seja, o sujeito vai sendo constituído por tudo aquilo que ouve, lê, discute, sem ter noção de onde começa e onde termina um determinado pensamento. As vozes que nos atravessam nos constituem enquanto sujeitos, pois as ideias passam a ser incorporadas por nós no nosso cotidiano, nos nossos pensamentos e posicionamentos.

Para melhor compreendermos a heterogeneidade constitutiva, vejamos uma análise de Possenti (2004, p.68-69):

No Jornal humorístico *Planeta Diário* (IV, 58), de novembro de 1988, na página 1, encontra-se o seguinte enunciado: "O Senhor é meu pastor e nada me faltará". Suponho que, independentemente da terminologia utilizada, a análise dessa ocorrência não poderá deixar de assinalar a sua heterogeneidade. A sequência, que poderia aparecer como uma cadeia produzida em determinada instância por um certo sujeito, tal como anteriormente citado, no entanto, alude, lembra, remete, faz aparecer um outro discurso, uma outra sequência, a saber "O Senhor é meu pastor e nada me faltará". O que me parece evidente é que, juntamente ao discurso que aparece no jornal, aparece de alguma forma um outro, cujo enunciador não é o enunciador do discurso que aparece no jornal. A isso se chamaria trivialmente de heterogeneidade, de polifonia, de presença de outro no Outro.

Suponhamos que nos deslocássemos por um momento, e nos situássemos no outro discurso, isto é, que nos imaginássemos lendo, nos Salmos, "O Senhor é meu pastor e nada me faltará". O que é, em relação a este enunciado bíblico, o enunciado que lemos no *Planeta*, "O Senhor é meu pastor e nada me faltará"? Ou seja, qual o estatuto do texto do *Planeta Diário* em relação ao versículo do salmo? Quem é seu enunciador? De onde ele vem? Quem é responsável por ele? Parece-me que se pode dizer que aqui, sob a forma de jogo, inscreve-se um sujeito tentando não deixar intocado um discurso de poder, no caso um discurso de poder no sentido mais tradicional, um certo discurso de poder político. Por que este número de jornal que contém o enunciado que se comenta é do mês das eleições presidenciais de 1989, e é uma crítica da jogada política que foi a venda de um partido pequeno, por seu candidato, a outro candidato, cujo nome público é Silvio Santos, mas cujo nome real é, exatamente, Senhor Abravanel. Acrescente-se que o antigo dono do partido é um pastor de determinada religião, papel que era um dos ingredientes cruciais de sua campanha. De alguma forma, este texto acaba por dizer quem é o verdadeiro pastor deste pastor: não o da Bíblia, não Deus, mas a Mamona, não o senhor, mas o Senor etc. É relativamente fácil detectar outro discurso numa sequência que se diz, mas é menos fácil caracterizar, eliminando totalmente a subjetividade, ou caracterizando-a apenas em termos de assujeitamento, o novo enunciado. Em outros termos: dada a sequência citada anteriormente, e que se lê no jornal, descobre-se o outro discurso. Mas, lido apenas o versículo do Salmo, quem descobriria nele este que também é outro discurso, o texto que aparece no jornal? Quem poderia imaginar que ele viria à luz, em que instância e através de qual sujeito? Nos casos mais usualmente analisados em termos de heterogeneidade, o que se ressalta são estratégias do eu: ele tem o topete de apresentar-se como se fosse um eu, mas um analista descobre que junto com ele ou no lugar dele está o outro. Nos casos como o aqui exemplificado, parece-me que a estratégia

do eu é apresentar-se como se fosse um outro, mas sutilmente, imiscuir-se no discurso conhecido, no discurso do outro, alterando-o e deixando a marca de sua presença.

A noção de **heteroglossia** também é importante para a compreensão do sujeito, pois recorre à cultura como algo não homogêneo, que se transforma constantemente e na qual os discursos estão presentes em relação de tensão. A heteroglossia poderia ser entendida como o social, principalmente quando analisamos determinados gêneros midiáticos, como filmes, novelas, séries etc., pois percebemos que, dentre as várias vozes apresentadas, muitas não são representadas, não são ouvidas, ou são distorcidas de uma determinada realidade, apresentando um modo estigmatizado e/ou pejorativo de ser, de falar, de se posicionar. Entendemos que há "discursos centrípetos/dominantes" e "centrí-fugos/opositores" (STAM, 2010) que reduzem as vozes, colocando-as apenas como antagônicas; por exemplo, o rico e o pobre, o bem e o mal, o certo e o errado. Entretanto, já percebemos em novas produções a voz/fala de minorias ou mesmo as diferentes ideologias das minorias, às quais antes não era dado voz, mostrando que os meios de comunicação são "uma rede complexa de signos ideológicos" (STAM, 2010, p.333) e que estão cada vez mais pluralizando os discursos. E isso é muito relevante, visto o poder de representação que os meios de comunicação possuem.

"Dialogismo, polifonia e heterogeneidade constituem categorias discursivas que propiciam reflexões visando a compreensão do sujeito discursivo" (FERNANDES, 2007, p.43), que é plural, pois uma pluralidade de vozes o atravessam, fazendo-se inscrever em diversas formações ideológicas. Para Bakhtin, o sujeito é uma matriz de formas discursivas, de múltiplas identificações e atravessado por vários discursos.

Em contraponto à dialogia está a monologia. O monológico é aquilo que se apresenta como acabado, impositivo e que, geralmente, produz o apagamento ou fechamento do outro e de outros discursos. A palavra do outro se torna anônima: "Esquece-se completamente a relação dialógica original com a palavra do outro: esta relação parece incorporar-se, assimilar-se à palavra do outro tornada familiar" (BAKHTIN, 1997, p.406). A monologia fecha o pensamento, pois não dá alternativas de diálogo, impõe seu discurso e pronto, na tentativa de ser entendido como verdadeiro, pois é organizado para produzir um efeito de sentido de verdade (ser compreendido como verdade será tarefa do Outro).

Apresentamos na sequência o entendimento da alteridade para a compreensão do sujeito discursivo.

2.2 O princípio da alteridade no discurso (Eu e o outro)

O sujeito não é o centro do seu dizer, pois o Outro está presente em seu discurso, ou seja, a exterioridade social o atravessa e o constitui. O **Outro** (com O maiúsculo) representa o social e tudo o que pode entrar em relação com o sujeito. Bakhtin baseia sua teoria na interação (inter-relação) do Eu com o Outro, em que o Eu não anula o Outro, mas por ele é também constituído.

Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. [...] Toda inscrição prolonga aquelas que a precedem, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as (BAKHTIN, 2006, p.101).

A alteridade bakhtiniana também foi uma noção compreendida pela AD francesa, fazendo-se uma aproximação das ideias de Bakhtin com as construções do discurso da AD francesa.

Bakhtin traz uma visão humana para pensarmos a constituição dos sujeitos, pois mostra que existe uma relação de dependência do Outro na nossa constituição. Somos atravessados cotidianamente por ideias, pensamentos, posicionamentos, gestos pequenos ou grandiosos que, de algum modo, ativam a completude dos sujeitos. "A minha palavra está inexoravelmente contaminada pelo olhar do outro, que lhe dá sentido e acabamento" (TEZZA, 2005, p.211).

Quando utilizamos um discurso, por meio de uma citação, estamos endossando a ideia de que o sentido se dá numa reprodução do discurso alheio e, pensando na palavra alheia, ao nos apropriarmos dela, não estamos utilizando-a de maneira equivalente, pois a utilizamos pensando num terceiro, o destinatário do meu discurso. Sendo assim, temos uma relação triangular, o discurso alheio que tomo de Outro, e o outro a quem me dirijo.

A questão da alteridade é compreender a identidade enquanto modelo dominante de pensamento e comunicação que sufoca a alteridade, ou as possibilidades do discurso alheio se relacionar de uma outra maneira na composição dos discursos. Por exemplo:

a categoria da Identidade predomina hoje em dia; sobre ela estão construídas as abstrações concretas as quais constituem nossa realidade: indivíduo, sociedade, Estado, nação, verdade, saber, igualdade, justiça, liberdade, responsabilidade circunscrita e definida, necessidade, troca recíproca etc., abstrações con-

cretas que vivem dentro do sistema global de reprodução social atual. O próprio sistema se fundamenta na categoria da identidade, porque concretamente, como fica cada vez mais evidente, tende a realizar-se estruturalmente como universal, como um único processo de produção, mercado e consumo de alcance mundial (PONZIO, 2008, p.234).

Assim, pensando em produções midiáticas, podemos entender a relação identidade x alteridade num diálogo na novela *Malhação*, em que deveria haver a incorporação multicultural de uma muçulmana, trazendo sua alteridade, em relação com a identidade de jovens brasileiros (PISA, 2010, p. 109-116).

Contextualizando⁹, Samira é uma personagem iraniana, que vem morar no Brasil com os pais e que enfrenta dificuldades na escola para estabelecer contatos e amizades. Visualmente, ela é mostrada com roupas típicas de sua cultura, com os braços sempre cobertos e o lenço ocultando parte da face. A seguir, analisa-se um primeiro diálogo intercultural entre a Samira e alguns alunos da escola. A análise será desmembrada em alguns trechos, apontando para a maneira pela qual a identidade étnica e a relação com o "diferente" é construída.

- Produzindo estranhamento

Nota-se, de início, uma atitude de indiferença dos alunos em relação à Samira, que a enxergam com um certo distanciamento e estigmatização¹⁰. A vestimenta e o comportamento dela geram estranhamentos, que são percebidos pelas adjetivações "esquisita" e "estranha": "vem cá, essa garota esquisita não vai morar lá no Himalaia não né Juju", "Ahh, ela é estranha". Nesse caso, a personagem está em desalinho com um tipo (estereótipo) esperado pelos jovens da escola, pois a maneira como se veste é um indicador de não pertencimento à cultura brasileira. Assim:

[...] observa-se, também, que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo (GOFFMAN, 1988, p.13).

Esse desalinhamento produz como efeito a indiferença e a invisibilidade. Segundo Bhabha (2003, p.91), "[...] a invisibilidade apaga a autopercepção daquele 'EU' em termos do qual funcionam os conceitos tradicionais

⁹ O episódio selecionado é do dia 02/12/2009.

¹⁰ O termo estigmatização é utilizado na perspectiva de Goffman (1988, p.14) em que o estigmatizado assume que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou, então, que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem perceptível por eles.

de agência política e domínio narrativo", ou seja, Samira não está incluída nos padrões (ideológicos) tidos como reguladores de um certo modo juvenil brasileiro de ser. Tem-se, nesse caso, uma confrontação inicial entre a identidade "brasileira" e a alteridade "iraniana", em que o outro é visto como estranho ou, simplesmente, não é visto. Podemos observar que, de certa maneira, a porta de entrada para a relação do jovem brasileiro com o outro é o corpo, neste caso, vinculado à vestimenta, tida como um traço forte da identidade juvenil brasileira:

[...] o adolescente encontra na roupa um elemento de valorização, ou mesmo de disfarce para o seu corpo em transformação, bem como uma carteira de identidade que facilita a aceitação no grupo (CARA, 2008, p.3).

Além do estranhamento vinculado à vestimenta, alguns traços do comportamento de Samira produzem indagações. Nesta primeira cena, a iraniana é indagada sobre o porquê está sempre sozinha e se não gosta de conversar com as pessoas:

Juju: Ué Samira, ta aí sozinha?

Samira: É, como sempre né...

Juju: Mas por que que você fica sozinha, você gosta de ficar sozinha, você não curte falar com as pessoas?

Samira: Claro que não, né Juju, eu gosto, eu gosto de conversar com as pessoas, só que as pessoas não vem conversar comigo...

O "estar sozinha" também causa estranhamento, pois ela não tem identificação com nenhum grupo social e o pertencimento ideológico a um grupo – além da questão da vestimenta – é um outro ponto marcante das identidades juvenis, uma vez que são "[...] suscetíveis à formação de bandos" (MELMAN, 1995, p.12). Samira não é identificada a nenhum grupo, por isso é vista como excluída e posta em posição de vítima: "as pessoas não vem conversar comigo", como se coubesse aos seus possíveis interlocutores brasileiros o início do diálogo (intercultural). A palavra "sozinha" é enfatizada de maneira a mostrar a falta de aproximação dos outros alunos.

- Início do processo de "inclusão":
encontros marcados por choques interculturais

Na sequência do diálogo, uma pessoa "amiga", Juju, abraça a Samira sinalizando proximidade, afinidade e intimidade. Samira responde ao abraço com um gesto de repulsa e responde: "é que eu ainda não tô acostumada com

esse jeito extrovertido né, dos brasileiros. Qualquer coisa vocês querem abraçar, pegar, beijar... ai, no Irã não é assim não".

O abraço tem um valor cultural diferente para ambas, e a iraniana valora esse traço cultural brasileiro como sendo "esse jeito extrovertido". A extroversão surge aqui como mais uma marca de construção de identidade nacional e, tomada como signo, a extroversão "não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade" (BAKHTIN, 2002, p.33) que se configura como a realidade de uma dada identidade brasileira. Nota-se que a temática do corpo aparece novamente, mas não associada à vestimenta, e sim ao toque, mais um traço da identidade juvenil.

- Apresentação da Samira a outros

Ao ser apresentada a um grupo de garotos, a personagem estrangeira expressa uma certa repulsa após ser cumprimentada por um rapaz com um beijo no rosto. O rapaz reage com um certo estranhamento daquilo que, para Samira, seria um traço de identidade nacional. O uso do adjetivo "estranho" parece operar um movimento de negação da relação com a alteridade:

Samira: "no meu país homem não pode encostar em mulher".

Rapaz: "Mas que cultura estranha essa..."

Em resposta a esse diálogo, a "amiga" Juju diz:
"é só um costume diferente, só isso".

Nesses casos, parece haver uma suavização da relação com a alteridade, pois há um apagamento das tensões e dos conflitos que envolvem as relações interculturais, o que se evidencia, por exemplo, pela troca do termo cultura por costume. Esses dois termos claramente veiculam sentidos diferentes, o que pode ser evidenciado por uma simples consulta ao dicionário: cultura é um "sistema de ideias, conhecimentos, técnicas e artefatos, de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma determinada sociedade" e costume são "regras ou práticas que se observam nos diferentes países"¹¹.

¹¹ A descrição dos termos cultura e costume foram consultados no Dicionário Michaelis. A substituição de um termo por outro produz diferentes efeitos de sentido. Por exemplo: a comida é um traço da cultura dos países, porém, no ambiente doméstico brasileiro, se alimentar com arroz e feijão todos os dias é um costume, um hábito. Outro exemplo é a língua como parte da cultura, representando uma identidade nacional, regional ou de uma dada comunidade: língua dos manos, língua dos rappers, línguas dos indígenas e a língua como costume, em que não se trata de uma questão de identidade, mas dos variados usos linguísticos, sem que isso tenha alguma conotação política, por exemplo: o uso de gírias.

Nota-se que a troca de termos apaga algo significativo na vida da personagem Samira: as formas de ser, de ver e de estar no mundo (cultura) são vistas como simples práticas (costume) que não estão, necessariamente, vinculadas às questões de identidade e de pertencimento. O apagamento das tensões e conflitos também é reforçado pelo uso do advérbio de exclusão "só", que reduz o estranhamento e as diferenças culturais a práticas e regras. Temos o multicultural sem o intercultural, pois o diálogo não é dialogado, há um silenciamento da sua cultura. Na continuação desse diálogo, a temática do corpo reaparece, porém com um tom sexualizado:

Rapaz: "Tá bom, mas pensa comigo, se um homem não pode encostar em mulher, como é que eles fazem filho por lá? Em laboratório?"

Samira: "Não né, só depois de casado.

Enquanto isso não pode dar nem beijinho no rosto."

Rapaz: "Ehhh, mas que palhaçada hein".

Os valores diferentes são reconhecidos como "palhaçada", demonstrando uma valoração ideológica e ridicularização do outro. Reforça-se a ideia de que nenhum discurso é neutro, visto que "[...] a palavra é o fenômeno ideológico por excelência" (BAKHTIN, 2002, p.36). O casamento e o sexo são temas (ideológicos) vinculados fortemente à marca de identidade no país de Samira. Pode-se pensar que nesse diálogo houve um deslocamento dos temas casamento e sexo do âmbito religioso para o âmbito de nacionalidade, visto que o casamento está tradicionalmente relacionado aos valores e crenças religiosos e, no diálogo, não se fala em religião, mas sim em país.

Ao final desse diálogo, a "amiga" expressa sua posição valorativa sobre as atitudes do rapaz ao decidir a quem apresentar Samira, avaliando os rapazes como sendo "sem cultura"¹²: "essa galera tem uma cabeça muito pequenininha, eu tenho que te apresentar para pessoas inteligentes, tolerantes, com cultura sabe".

Nesse caso, evita-se, novamente, a tensão do diálogo intercultural visto que, primeiro é preciso selecionar os interlocutores, ou seja, aqueles que seriam "inteligentes, tolerantes e com cultura" para conhecer pessoas de etnias diferentes. Contraditoriamente, a postura "compreensiva" da colega brasileira de querer "incluir" a Samira demonstra uma forma de apagamento das tensões e confrontos que caracterizam os diálogos interculturais, o que se evidencia pelo uso do termo "tolerância".

Uma rápida pesquisa sobre o significado do termo nos discursos oficiais sobre a diversidade cultural (UNESCO) mostra que a tolerância é:

[...] o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz (artigo 1.1 da Declaração de Princípios sobre a Tolerância, da UNESCO).

A tolerância, como descrita acima, nos traz o sentido de aceitação, de respeito e de harmonia, o que parece, de certa forma, ressoar nos diálogos analisados, visto que, para aceitar e incluir é preciso "pacificar" as relações, seja pela via do apagamento do diferente, seja pela escolha das pessoas com quem se relacionar "harmoniosamente". Podemos observar nessas enunciações que a palavra tolerância é carregada de um sentido ideológico de saber suportar, apagando as diferenças. As relações interculturais são permeadas pelas relações de identidade e alteridade e, como coloca Hall (2006, p. 12) "[...] o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, torna-se mais provisório, variável e problemático", porque se apoia em uma relação com a alteridade. Nota-se que o diálogo analisado é construído ideologicamente de maneira a neutralizar a alteridade, pois quando as diferenças são colocadas em relação com a identidade brasileira, não há conflito e as tensões são apaziguadas. O diálogo não é dialogado, pois apaga o outro.

Finalizando, as valorações envolvidas nas construções das identidades étnica e nacionais no episódio analisado podem ser resumidas da seguinte maneira: a identidade de extroversão brasileira versus a introversão (solidão/exclusão) da iraniana. A identidade da vestimenta juvenil brasileira e da apreciação pelo corpo por meio do toque versus a vestimenta que cobre o corpo e dispensa o toque. O uso do termo cultura, como marca de identidade iraniana, versus o uso do termo costume. A valoração de Samira por terceiros como esquisita versus a suposta normalidade de pessoas "com tolerância, inteligência e cultura".

12 Outro sentido de cultura, nesse diálogo, é o de desenvolvimento intelectual.

O quadro abaixo resume essas informações:

Samira – Iraniana	Seus Interlocutores – Brasileiros
Introversão / Solidão	Extroversão
Vestimenta que cobre o corpo	Reação a essa vestimenta – exclusão
Corpo: reação ao toque	Corpo: apreciação pelo toque
Cultura	Costume
Esquisita	Tolerância, inteligência, com cultura.

Desse modo, podemos entender a constituição dos discursos que formam os sujeitos de modo a repercutir ideologias dominantes e manter certo distanciamento e silenciamento de ideologias diferentes das que ocorrem em determinados locais e/ou grupos. A reflexão sobre identidade x alteridade, principalmente nos discursos veiculados pela mídia, demonstra que os sujeitos são organizados de maneira a espelhar determinados discursos, dominantes, colocando em xeque a alteridade, que raramente é promovida, discutida, refletida ou mesmo colocada em pauta. Mesmo tendo a possibilidade de dar voz a todas as pessoas na internet, é possível notar que, num lugar onde seria o da alteridade, discursos dominantes de identidade, com certas ideologias predominam e, sendo o sentido uma prática, uma produção social (HALL, 2010, p.295), podemos utilizar da AD para compreender os sujeitos por meio desses discursos em circulação.

2.3 As imagens de si no discurso

Sempre que pensamos em dizer algo, levamos em consideração para quem nossa fala será direcionada, e nesse momento construímos uma imagem nossa para falar com o outro, selecionamos nossas competências linguísticas, um estilo, determinadas crenças, ideologias, posicionamentos e tom da enunciação.

A construção de si está ligada à retórica como fonte persuasiva, ou seja, o que o sujeito fala deve estar alinhado com sua imagem e seus posicionamentos ideológicos para fazer sentido e produzir um efeito de sentido que convença, ou seja, que leve à adesão de quem ouve o sujeito que fala.

A questão da imagem de si começou a receber atenção nos estudos de Goffman, em que a apresentação de si nas situações de interação exerciam influência nas análises de conversação (AMOSSY, 2016). Ou seja, as representações que o sujeito faz de si com o objetivo de convencer o outro, seu ouvinte (individual ou coletivo). Essa noção de representação também é entendida como face¹³.

Quem primeiramente utilizou a questão do *ethos* nos estudos da linguagem foi Ducrot, com a teoria polifônica da enunciação (AMOSSY, 2016), em que, "ao analisar o locutor L no discurso consiste não em ver o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala" (AMOSSY, 2016, p.15). Aqui, portanto, entra a noção de *ethos*, pois o locutor investe em determinadas características que tornam a enunciação aceitável ou não, e isso modifica a noção da imagem representativa de si ao enunciar um discurso. A imagem do orador deve corresponder às expectativas do seu auditório tendo credibilidade, sendo digno de confiança.

Portanto, para produzir e compreender os discursos que circulam no cotidiano e na esfera midiática, como parte integrante da argumentação do discurso, é importante a construção dessa imagem do locutor, de quem enuncia o discurso e, por isso, traremos a compreensão de *ethos* discursivo proposto por Maingueneau (2008)¹⁴, que tem relação com a noção de sujeito de Pêcheux, pois que o sujeito é dependente das condições de produção e possui um lugar de fala que o coloca em relação ao(s) outro(s): "o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro" (GADET; HAK, 1997, p.82). Ou seja, há uma antecipação da imagem do receptor e a construção do discurso se dá em função dessa representação imaginada, cada um faz uma determinada imagem do outro.

2.4 Ethos e Pathos

Para contextualizar a problemática do *ethos*, oriunda da retórica clássica, mostramos a aplicação feita por Aristóteles e, na sequência apresentamos de que forma Maingueneau (2008) teoriza e aplica essa noção.

O termo *ethos* vem do grego e, para Aristóteles, um dos primeiros a utilizar o termo na retórica clássica, significa personagem, entendendo-o como a imagem de si que o locutor constroi em seu discurso com o objetivo de influenciar e persuadir seu alocutário. "A persuasão só é obtida se o auditório constatar no orador, o mesmo *ethos* que vê em si mesmo" (MAINGUENEAU, 2008, p.58). Ou seja, ao fazer uma imagem do auditório esperado, organiza-se

¹³ Face é a imagem construída por meio de comportamentos sociais aprovados para causar boa imagem (AMOSSY, 2016, p.13).

¹⁴ Cabe ressaltar que a corrente norte-americana de Estudos Culturais privilegia a construção de um *ethos* discursivo por estar ligada a um posicionamento político e a utiliza para estudos de gênero e de etnicidade (AMOSSY, 2016).

um discurso para persuadir: “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si” (AMOSSY, 2016, p.9), que pode levar em consideração o estilo, crenças e competências.

Na retórica clássica, o *ethos* era observado por meio da oralidade e por meio da argumentatividade do orador para seu auditório. Barthes (*apud* AMOSSY, 2016) coloca que os traços de caráter do orador no enunciado mostravam, pelo discurso, ser de uma maneira e não de outra, sendo importante na construção da imagem a questão do caráter moral: *ethos* é a imagem que se mostra ao auditório ao falar.

Aristóteles dizia que existiam três qualidades que inspiravam confiança: *phrónesis*, *areté* e *eúnoia* para a construção da imagem de si.

Quadro 3: Qualidades do *ethos* aristotélico

	Descrição	Ligado à
Phrónesis	ser ponderado, prudente	Razão, razoável
Areté	ser simples e sincero	Virtude, sinceridade
Eúnoia	dar uma imagem agradável de si	Benevolência, ser solidário

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Amossy (2016).

Assim, pensando em oradores da mídia atual, compreendemos as qualidades do *ethos* da seguinte maneira:

Quadro 4: Exemplo de apresentadores com as qualidades de *ethos*

	Descrição	Imagem
Phrónesis (<i>bom senso</i>)	Significa bom senso, a prudência e a ponderação. O orador que se utiliza da <i>phrónesis</i> e apresenta-se como alguém sensato, ponderado, racional (<i>lógos</i>).	Bonner
Areté (<i>virtude</i>)	Significa qualidades distintivas do homem, como a coragem, a justiça, a sinceridade. O orador apresenta-se como alguém simples e sincero, franco ao expor seu ponto de vista, desbocado.	Datena

Eúnoia (<i>benevolência</i>)	Significa solidariedade. O orador dá uma imagem agradável de si, porque mostra simpatia pelo auditório, apresenta-se como alguém igual ao seu enunciatário.	Ana Maria Braga
--	--	----------------------------

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

A construção da imagem, portanto, deve considerar determinadas qualidades para obter a adesão dos ouvintes/enunciatários enquanto *pathos* (que será visto posteriormente).

Após a contribuição de Aristóteles para a noção de *ethos*, vejamos a contribuição de Maingueneau.

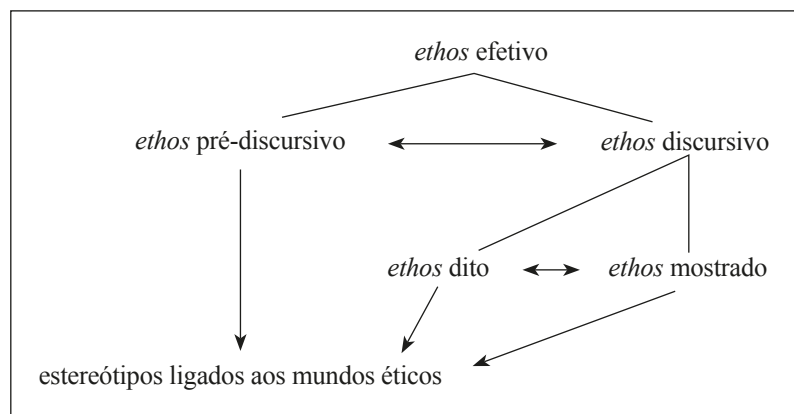
O *ethos* passou a ocupar um lugar de reflexão por volta de 1980, com disciplinas que estudavam o discurso e Maingueneau (2008) contribui na Análise do Discurso para a noção de *ethos* ao compreender que no texto escrito também pode ser apreendida uma imagem de quem ou de que se fala e, por isso, todo discurso possui uma voz, que suporta um tom enunciativo o qual acaba por revelar uma imagem discursiva (não apenas em enunciados orais, como na retórica clássica, mas na escrita também), uma vez que é possível observar uma voz e um corpo: “a leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito” (MAINGUENEAU, 2008, p.98). O *ethos* pode ser dito explicitamente, mostrado implicitamente ou estar na escolha do não dizer. Ou seja, torna o físico visível, dá corporalidade e, com isso, legitima o enunciado. Ao analisar o locutor, sujeito da enunciação, deve-se observar a aparência construída pela sua fala: quem fala é um aristocrata, um marxista, um professor, um estudante etc. O caráter enunciativo não está no que o texto diz, mas no como diz, no que faz para dizer o que diz e, assim, coloca a questão do *ethos* não somente na questão da argumentatividade da retórica clássica, mas amplia a reflexão quando a imagem discursiva deve levar à aderência certos posicionamentos discursivos.

Ao analisar o tom do texto, é possível construir uma imagem do corpo do enunciador (não o corpo do autor), que será o fiador do texto, contendo características de caráter e corporalidade, apresentando então, não apenas uma maneira de dizer, mas uma maneira de ser. É o fiador, construído coerentemente, que fará o processo de incorporação, quando o leitor se identifica com essa imagem e se apropria desse *ethos* (MAINGUENEAU, 2016).

Ao fiador, corpo em conformidade com o *ethos*, é atribuído o caráter e a corporalidade. "O 'caráter' corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à 'corporalidade', ela é associada a uma compleição física e a uma forma de se vestir" (MAINGUENEAU, 2008, p.65). O fiador seria a concepção "encarnada" do *ethos*, com representações sociais ou estereótipos culturais avaliados positiva ou negativamente e que visam a reforçar uma imagem ou mesmo transformá-la; ou seja, não tem um valor unívoco, mas valores em negociação, em relação. Assim, a figura do fiador é baseada na interpretação do leitor sobre o enunciador a partir do enunciado e ancora-se em representações sociais, estereótipos, comportamentos socialmente aceitos/validados ou não, integrados a uma conjuntura histórica, como "livros de moral, teatro, pintura, escultura, cinema, publicidade [...]" (MAINGUENEAU, 2008, p.72), fazendo do *ethos* uma construção híbrida (sociodiscursiva). Dessa forma, "a noção de estereótipo é importante para o estabelecimento do *ethos*, pois permite designar os modos de raciocínio próprios a um grupo e os conteúdos globais no setor da doxa na qual ele se situa" (AMOSSY, 2016, p.25). Amossy (2016) utiliza a noção de estereótipo na análise do *ethos* para que a construção da imagem tenha "relação com a representação coletiva cristalizada e com a atividade de estereotipagem" (p.25).

O *ethos* compreendido e incorporado pelo leitor torna-se um *ethos* efetivo e para se compreender a construção de um *ethos* efetivo, Maingueneau (2008) propõe um esquema com os processos de *ethos* pré-discursivo e *ethos* discursivo, sendo este dividido em *ethos* dito e *ethos* mostrado, além dos estereótipos sociais, como no esquema a seguir:

FIGURA 8: Esquema do *ethos* dito, *ethos* mostrado e estereótipos sociais



Fonte: Maingueneau (2008).

O esquema pode ser compreendido iniciando-se com a noção de *ethos* pré-discursivo, representação da pessoa do locutor antes da fala, considerando que o público já teria condições de construir uma representação prévia do *ethos* (porém, pode ocorrer de não se ter a noção do *ethos* pré-discursivo). A noção pré-discursiva pode ser compreendida por meio de outras enunciações e por meio do gênero de discurso ao qual a enunciação se vincula, que poderá incorrer em representações que o leitor já tem e poderá ser validada ou não, retificada, retrabalhada quando se encontra com o *ethos* discursivo presente no enunciado. O *ethos* discursivo divide-se entre dito (quando diz de maneira direta, explícita) e mostrado (quando diz implicitamente¹⁵). Para exemplificar, podemos tomar a figura de um professor que não diz objetivamente e abertamente (*ethos* dito) sobre seus posicionamentos políticos, mas que na forma de falar, ao dar ênfase a determinados assuntos e temas, pelo tom de voz, pelo modo de se vestir, pelo seu estilo de vida e suas atitudes (*ethos* mostrado) constrói um *ethos* que demonstra seus posicionamentos políticos: diz sem dizer, pois mostra.

A separação entre *ethos* dito e *ethos* mostrado é muito tênue, pois é difícil definir o que foi realmente dito ou mostrado, sugerido, pela enunciação, pois pode ocorrer de não ser dito diretamente, mas reconstruído pelas pistas encontradas no discurso. E entre o pré-discursivo e o discursivo encontramos os estereótipos ligados a mundos éticos, importantes para a construção do *ethos*, pois fundamentarão essa construção por meio de representações coletivas, que já constam no imaginário. "Mesmo que o destinatário não saiba nada antecipadamente sobre o *ethos* do locutor, o simples fato de um texto pertencer a um gênero de discurso ou a certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos*" (MAINGUENEAU, 2008, p.60). Assim, o *ethos* efetivo valida-se por meio das imagens estereotipadas partilhadas socialmente.

O que colabora para a compreensão do *ethos* são as cenas enunciativas, pois colocam o destinatário num lugar, numa cena que o texto implica. Essa cena de enunciação é composta por três cenas: cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante atribui o discurso a um estatuto, a um tipo de discurso (publicitário, filosófico, jurídico, etc.). A cena genérica é o gênero ou subgênero em que o discurso se encontra, o modo como se apresenta (editorial, sermão, receita, reportagem, entrevista, etc.). Por fim, a cenografia é construída no texto, em qual formato, ou seja, um sermão pode ser enunciado

¹⁵ Para a compreensão dos implícitos Ducrot (1987) traz os pressupostos e subentendidos, que darão sentido ao enunciado por meio do contexto da enunciação, buscando efeitos de sentido possíveis. A aproximação da semântica argumentativa de Ducrot com a Análise de Discurso francesa se dá na questão ideológica da linguagem, podendo observar a polifonia e topoi que autorizam o dizer, seja por meio de um saber ou da memória (POSSENTI, 2009).

por uma cenografia amigável, profética, professoral, ou um anúncio publicitário, que pode apresentar a cenografia de uma entrevista, por exemplo. "A cenografia não é, pois, um quadro, um ambiente, como se o discurso ocorresse em um espaço já construído e independente do discurso, mas aquilo que a enunciação instaura progressivamente como seu próprio dispositivo de fala" (MAINGUENEAU, 2008, p.70). Assim, são os conteúdos presentes no discurso que validam o *ethos* e a cenografia (p.71), e não estão dissociados, pois "a cena de enunciação é uma dimensão essencial do conteúdo" (p.52).

Com isso, por meio do estudo do *ethos* e das cenas enunciativas, é possível perceber que a questão do *ethos* está ligada à questão da identidade, pois ao enunciar são consideradas as representações sociais, procurando ser assertivo nessas representações, para gerar incorporação, e compreendendo como se dão essas construções.

Assim, o interesse com relação ao *ethos* tem aumentado devido às mídias, principalmente as audiovisuais (MAINGUENEAU, 2008), reproduzirem uma dada realidade social, modos de vida, comportamentos, posicionamentos, entendimentos, mas também atribuindo certos significados que são resultados de processos interacionais.

Se a identidade é entendida como construção obtida por meio dos discursos que circulam socialmente, o *ethos* é a imagem obtida por meio da enunciação proferida. Portanto, por meio do dito e/ou do mostrado, é possível compreender e acessar imagens, que se dão na relação da linguagem da produção discursiva com determinados estereótipos sociais (MAINGUENEAU, 2008).

Exemplificando, tomemos a publicidade da marca de desodorantes masculinos Axe¹⁶. Essa marca sempre exaltou a masculinidade, utilizando em suas campanhas por meio de homens bonitos, fortes, exalando virilidade e que se mostram irresistíveis às mulheres, formando um *ethos* de homem conquistador. Esse *ethos* de homem conquistador tem como características de estereótipo um corpo malhado, com músculos (corporalidade) e um jeito sedutor (caráter), que os torna irresistíveis às mulheres (no plural) devido a seu odor masculino. Aqui cabe lembrar que o discurso machista é ressaltado.

Em 2016 a Axe lançou a campanha Find your Magic, em que mostrava a variedade de tipos de homens, tendo como *ethos* a conquista pela autenticidade e o respeito às diferenças. A corporalidade era diversa, pois mostrava diferentes estereótipos de masculinidade na publicidade; o caráter era de sedução, mas a conquista era de uma pessoa e não de várias (o que reforçava o machismo), e essa pessoa não era necessariamente do gênero feminino. Com isso, a Axe modificou o

ethos de sua marca em função dos discursos que circulam na sociedade, em que a identidade de gênero, construída em diálogo com a sociedade está mudando; em que os padrões rígidos de identidade de gênero já não mais sustentam uma mesma imagem, um mesmo estereótipo do que seria o homem; as marcas, ao observarem os movimentos culturais e sociais, tendem a modificarem seu posicionamento e a aderirem ao novo discurso, dialogando com as mudanças e estando mais próximas dos consumidores. Dessa maneira, o *ethos* é utilizado na publicidade para legitimar esse discurso por meio da imagem de um outro corpo. O *ethos*, portanto, está ligado em última instância, à questão da identidade (MAINGUENEAU, 2008).

Com relação ao destinatário não saber, antecipadamente, sobre o *ethos*, o fato de ele "pertencer a um gênero de discurso ou a certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos*" (MAINGUENEAU, 2008, p.60). Assim, por estarmos falando de gênero publicitário, Maingueneau (2008) diz que:

o discurso publicitário contemporâneo mantém, por natureza, um laço privilegiado com o *ethos*; de fato, ele procura persuadir associando os produtos que promove a um corpo em movimento, a uma maneira de habitar o mundo; como o discurso religioso, em particular, é por meio de sua própria enunciação que uma propaganda, apoiando-se em estereótipos avaliados, deve encarnar o que ela prescreve (p.66).

Para finalizar o exemplo, temos que a Axe foi a fiadora desse *ethos* machista que ela construiu por vários anos e agora precisa estar firme para ser fiadora também desse novo *ethos*, pois os consumidores devem entender a mudança e aderirem a ela, não questionando a qualidade da marca, nem seu posicionamento, mas compreendendo que ela está mudando a sua imagem no sentido de acompanhar as mudanças de seu público.

Pensar na mudança levando em consideração o público, é justamente trazer a questão do *pathos* para a reflexão. Para Bakhtin (1997), o sujeito quando organiza e profere uma fala ele busca a compreensão responsiva ativa do seu destinatário, fazendo com que seu discurso seja compreendido. "Todo enunciado tem sempre um destinatário (de índole variada, graus variados de proximidade, de concretude, de compreensibilidade etc." (BAKHTIN, 1997, p.333). Desse modo, os sujeitos organizam a fala pensando numa imagem, num auditório, num público, que pode ser organizado por meio do *pathos* – com quem eu estou falando?

Para Amossy (2016) a análise do *ethos* está relacionada com os estereótipos sociais, pois ao construir uma imagem de si, os estereótipos cristalizados, as representações coletivas e as imagens aceitas socialmente ou não, são levadas em consideração. Assim, o *pathos* é a identificação emocional entre enunciadador e

16 Essa análise do *ethos* da Axe pode ser consultada em: http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT9/GT09-LICIA_PISA.pdf.

enunciatório, o destinatário da mensagem, o auditório, que irá reconhecer determinado *ethos*, que por sua vez é construído e organizado em função do *pathos*.

O *pathos* não é a imagem real do auditório, mas a construção de uma imagem do destinatário que o enunciador tem e, essa imagem, irá estabelecer coerções para o discurso. Ou seja, conhecer bem o seu enunciatório, seu público, fará com que conheça o que move, comove, o que importa, o que faz reagir ou não, "mobiliza a afetividade do destinatário" (MAINGUENEAU, 2008, p.57).

Podemos entender a questão do *pathos* por meio de dois grandes jornais: Folha de São Paulo e Estadão. O Estadão constrói seu *ethos* de jornal educado e sério, pois leva em consideração que o *pathos* do seu leitor é uma pessoa que pertence às elites do país, que conhece bem os fatos da política e da economia, por isso não é preciso explicar a todo momento os antecedentes da notícia. É um consumidor da cultura erudita e das manifestações consideradas mais sofisticadas da cultura popular. Esse público tem posições políticas bem definidas, é conservador em matéria de economia e política. É cheio de certezas e, portanto, o jornal pode apresentar-se com posições bem marcadas, enfatizando menos a relatividade e a pluralidade de opiniões. Para ele, a leitura é o meio mais importante de obtenção de informações. Já a Folha de São Paulo constrói seu *ethos* de jornal isento e com certa ironia, pois leva em consideração que o *pathos* do seu leitor é uma pessoa descolada, como artistas, professores, universitários, etc., que têm interesses muito variados, sendo seu interesse pela política muito relativo, por isso não conhece todos os órgãos governamentais, nem todos os atores da política ou da economia nacionais. Interessa-se apenas pelas grandes questões da política internacional. É um consumidor de todas as manifestações culturais, entre elas as alternativas. Tem curiosidade pelas matérias relativas ao comportamento.

Assim, observamos que por meio da mídia a imagem apresenta um sentido, ou seja, traz uma carga textual de representação que deve ser compreendida por diversos públicos. O outro, o leitor, ao interpretar a imagem também produz um novo texto, uma nova compreensão, pois se relaciona com a imagem de uma maneira particular, diferente de outros sujeitos. Assim, ao ler, os sujeitos mobilizam uma nova leitura, pois colocam esse texto em relação com outros, anteriormente lidos e, com isso, auxiliam na manutenção e construção do *ethos* em função do *pathos*.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive**. Éléments pour une approche d l'outre dans le discours. In: DRLAV. Paris: Centre de Recherches de l'Université de Paris III, 1990.

BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas/SP: Pontes, 1987.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

GADET, F. HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.

HALL, Stuart. **A redescoberta da "ideologia"**: o retorno do recalcado nos estudos da mídia. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2010.

HIRSCHKOP, Ken. **Bakhtin, discurso e democracia**. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2010.

HOLQUIST, Michel. **Dialogismo e estética**. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes/Unicamp, 2008.

_____. **Ethos, cenografia, incorporação**. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

PISA, Lícia Frezza. **A identidade étnica na telenovela Malhação**: a personagem Samira In: Fios Ideológicos. São Carlos/SP: Pedro e João Editores, 2010.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**. São Paulo: Contexto, 2008.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**. 2.ed. Curitiba/PR: Criar Edições, 2004.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

STAM, Robert. Bakhtin e a crítica midiática. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. **Mikhail Bakhtin**: linguagem, cultura e mídia. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2010.

TEZZA, Cristovam. **A construção das vozes no romance**. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin, dialogismo e construção de sentido. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. p. 209-217.



ENUNCIÇÃO

3

3.1 O discurso e sua gênese sócio-histórica

Como se constrói o discurso? Afinal, o que é o discurso? Mesmo tendo sido mostrada nas partes anteriores, a construção discursiva pode ainda parecer difícil de se assimilar e o que objetivamos aqui é mostrar o movimento dos sentidos e o exercício de análise discursiva tendo em vista o jogo da enunciação.

Para Orlandi, o exercício de análise do discurso é um exercício de leitura, um exercício de interpretação, mas que vai além da interpretação tomada no senso comum como decodificação – o que o texto quis dizer. A interpretação da AD é um exercício analítico de escuta e de seguir rastros, indícios, possibilidades e marcada pelo jogo dos sentidos em circulação – o como o texto quis dizer.

A Análise de Discurso permite pensar a leitura (escrita) além da interpretação (Orlandi, 1988, 1996): o sujeito, que interpreta, lê a partir de sua posição sujeito, o sujeito leitor crítico lê refletindo sobre sua posição sujeito, sobre as condições de produção de sua leitura, por isso ele não interpreta apenas, ele compreende, sem no entanto trabalhar sua determinação através da teoria (ORLANDI, 2012, p.14).

A autora descreve três momentos do processo discursivo: a constituição, a formulação e a circulação. Vejamos o resumo teórico das características de cada momento. Primeiramente, é preciso dizer que todo discurso tem sua gênese no histórico e no social. No histórico, porque os sentidos se instalam em condições históricas próprias e no social, porque a linguagem humana é interação e é diálogo que se faz na vida social, ou seja, na sociedade. A constituição do discurso se dá a partir da memória do dizer. Por memória discursiva, Pêcheux descreve:

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, entendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer, "os implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2015, p.45-46).

A partir da memória é que se marca o contexto sócio-histórico-ideológico. Quanto à formulação, Orlandi diz que "formular é dar corpo aos sentidos" (2012, p.15). É na formulação que se dá o encontro da materialidade da língua com a materialidade da história por meio do confronto do simbólico com o político e é quando há a imersão no processo discurso do corpo do sujeito e do corpo da linguagem.

Na formulação há um investimento do corpo do sujeito presente no corpo das palavras (Orlandi, 1999). O momento em que o sujeito diz o que diz. Em que se assume autor. Representa-se na origem do que diz com sua responsabilidade, suas necessidades. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas, sua determinação (ORLANDI, 2012, p.10).

A formulação se dá pela colocação do discurso em texto. Surge então outro conceito importante para a AD que é a noção de texto. O texto aqui é a materialidade que o analista tem em mãos. Não só o verbal, mas todas as modalidades de texto. A partir dessa materialidade é que o discurso circula. A circulação, conforme Orlandi, diz respeito aos trajetos dos dizeres. E ela nunca é neutra. Acontece em certa conjuntura e segundo certas condições. A circulação de um texto, e assim de um discurso, em determinado jornal de circulação nacional implica numa forma ou outra dos sentidos se constituírem.

Quadro 5 - Características da constituição, formulação e circulação dos discursos

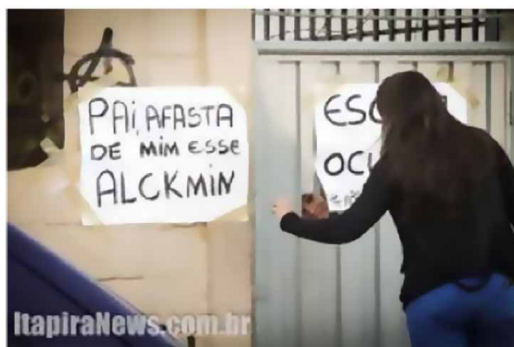
CONSTITUIÇÃO	FORMULAÇÃO	CIRCULAÇÃO
A partir da memória do dizer	Condições de produção	Certa conjuntura
Contexto sócio-histórico-ideológico	Circunstância e enunciação específicas	Certas condições

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Dessa forma, "o objetivo da análise é então compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele um objeto linguístico-histórico. É apreender sua historicidade" (ORLANDI, 2012, p.88). Mostremos como se dá então a gênese histórica do(s) discurso(s) através de um exemplo prático. Em trabalho anterior, Vizibeli (2016), faz uma análise do movimento dos estudantes secundaristas em luta contra a reorganização das escolas públicas no Estado de São Paulo. A partir de imagens que circularam em páginas destes movimentos na rede social Facebook foi possível perceber o jogo de dizeres e o movimento dos sentidos na constituição, formulação e circulação do discurso.

Observe a imagem abaixo:

Figura 9 – Pai afasta de mim esse Alckmin



Fonte: <http://www.itapiranews.com.br/wp-content/uploads/2015/12/Ocupa%C3%A7%C3%A3o-Escolar-Itapira-1.jpg>???, com postagem temporária na Página Canal Secundarista

Apesar de ser um movimento de estudantes, o discurso se constitui a partir da memória de um evento político muito anterior que foi a Ditadura Militar no Brasil. A formulação do discurso se dá por meio de formações discursivas específicas que constroem os sentidos. Conforme a análise:

É a inscrição em formações discursivas específicas que exhibe o sujeito em luta. Isso se mostra em Orlandi quando escreve: “a paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços de dizer” (2009, p.34). (...) Tal movimento pode ser observado quando são trazidos à mídia on-line dizeres que circularam na Ditadura Militar, como por exemplo “Pai afasta de mim esse cálice”, que é resignificado para “Pai afasta de mim esse Alckmin”, no qual a paráfrase e a polissemia andam juntas. O que está em questão ao afastar o “cálice/cale-se” ou “este Alckmin” é a liberdade de se expressar e, principalmente, direitos negados em ambas as situações, tanto direitos políticos, quanto educacionais. Mas, por estarem inscritos num outro momento, numa outra ação, que alimenta um movimento reivindicatório por direitos na educação, os discursos se pautam nos deslocamentos e rupturas, característicos da polissemia. Como aponta Orlandi (2009, p.34): “E é nesse jogo entre paráfrases e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem percursos, (se) significam” (VIZIBELI, 2016, p.367).

Na análise discursiva, o confronto do político e do simbólico, que se faz pela historicidade, marca o posicionamento do sujeito discursivo. É através deste posicionamento que se dá a constituição, a formulação e a circulação. No exemplo em questão, a constituição se dá já na materialidade verbal, retomando um texto de outro autor (Pai afasta de mim esse cálice) por meio de uma paráfrase (Pai afasta de mim esse Alckmin). A memória discursiva advém e ao ler esta postagem o sujeito-leitor reativa em sua memória, formações discursivas da repressão, do poder exacerbado, dos direitos políticos negados, da liberdade de expressão cerceada. Colocado em texto o discurso mobiliza então determinadas condições de produção. Em que condições este discurso foi construído?

No caso da Figura 9, nas condições de uma luta de estudantes pela reorganização das escolas. Uma luta política, uma luta de direitos, um contexto específico que marca as circunstâncias, a possibilidade dessa enunciação específica. Este mesmo cartaz (imagem) e os mesmos dizeres, se fossem colocados em outra página no Facebook que não uma página de movimento estudantil (Canal Secundarista), bem como em outro momento, não teria o sentido aqui analisado, legitimado e efetivado, ganharia outros sentidos. Por isso o sentido é sempre possibilidade. É um vir a ser. E por fim, a partir do momento em que o discurso circula nessa página específica de rede social, temos certas conjunturas e condições próprias. A ideologia que carrega determinado veículo de imprensa ou dispositivos tecnológicos no mundo atual, contribui para a construção dos sentidos. Todo sentido e todo discurso é ideológico. Não há discurso neutro. Ele tende para algum lado. Dessa forma, na análise elaborada, percebemos uma FD (formação discursiva) anarquista.

Como mostrado no primeiro capítulo, a AD é um exercício interpretativo e o quadro epistemológico fundante desse campo do conhecimento tem a intersecção da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise. Ao colocar a língua (o linguístico) em jogo, ou seja, as práticas de linguagem dos sujeitos, já que não existe comunicação sem linguagem, há a tomada do inconsciente e ao mesmo tempo os sujeitos são interpelados pela ideologia e assim se marcam como tais. Esse processo é a construção discursiva, chamada por Pêcheux (2009) como processo discursivo. Esse processo se dá em circunstâncias próprias, abarca certas categorias e é conceituado e delimitado como o processo de enunciação. O dito é colocado na forma de enunciado que produz sentidos. No tópico seguinte abordamos a enunciação enquanto constitutiva dos processos de produção de sentidos.

3.2 A enunciação como elemento constitutivo do processo de produção de sentidos

Em Análise do Discurso devemos esquecer a noção de mensagem para a compreensão do sentido, pois a AD não entende que o sentido esteja pronto e definido na mensagem, mas é dependente de uma construção, de uma contrapartida. O sentido é produzido no contexto, pelo leitor, pelo social, pela história.

Não se deve entender a mensagem como codificada, mas como uma noção de efeitos de sentido possíveis, ou seja, os efeitos de sentido ocorrem entre A e B, sendo A e B sujeitos, situados em determinados locais e ocupando determinadas posições.

O homem é um ser simbólico e um ser de linguagem. Essas são as principais características que o distingue dos demais animais. Dessa forma, ao falar ou para ser mais abrangente, ao se comunicar, o homem está sempre produzindo sentido(s). Por meio da vida gregária do homem, ou seja, da vida em sociedade, esta produção se dá dentro de determinadas condições sociais e são marcadas pela historicidade constitutiva do processo de subjetivação do homem. Mas na AD, o homem não é visto como um ser biológico apenas. Ele é marcado como sujeito. E o sujeito se constrói social e historicamente. No jogo do processo de produção de sentidos, o qual podemos chamar de processo discursivo, os dizeres ganham forma a partir da conjuntura em que são movimentados.

Para entender o conceito de enunciação é preciso antes traçar uma breve contextualização teórica dele. Nos estudos linguísticos, a enunciação pode ser vista de diferentes formas. Um dos primeiros teóricos a trazer o conceito para os estudos da linguagem foi Émile Benveniste. Segundo Barbisan (2007), em Benveniste a enunciação:

É vista como um processo, um ato pelo qual o locutor mobiliza a língua por sua própria conta. É o ato de apropriação da língua que introduz aquele que fala na sua fala. O produto desse ato é o enunciado, cujas características linguísticas são determinadas pelas relações que se estabelecem entre o locutor e a língua. Assim, a enunciação é o fato do locutor, que se apropria da língua, e das características linguísticas dessa relação. A enunciação converte a língua em discurso pelo emprego que o locutor faz dela. Desse modo, a língua se semantiza (p.28).

Podemos dizer que a enunciação é o movimento de atribuição dos sentidos e da construção discursiva. Assim, a partir de um momento que temos determinado vocábulo isolado, por exemplo, "casa", dessa forma, separado, ele não constrói nenhum sentido e não se discursiviza. A partir do momento que temos um dito popular "Isso aqui está parecendo a casa da mãe Joana", temos condições próprias num processo de enunciação em que casa não é mais qualquer casa, e sim a da mãe Joana, se referindo a algum lugar bagunçado, desorganizado e sem regras. Não sabemos a historicidade exata do dito, mas possivelmente houve alguma mãe Joana, alguma casa no passado que possibilitou a construção deste sentido. Assim, a enunciação se faz em condições próprias no seio da sociedade e das relações inter-humanas, no caso da AD, intersubjetivas.

Depois de apresentarmos o pensamento inaugural nos estudos da enunciação do teórico Benveniste, podemos pensar que o pai da Análise de Discurso, Michel Pêcheux, não aprofundou esta noção, pelo menos não com este nome. Para Pêcheux, a enunciação pode ser referida de modo comparativo às condições de produção do discurso. Todo discurso se dá em determinadas condições, que para Pêcheux se marca na histórica luta de classes.

E para não nos alongarmos nos diversos posicionamentos teóricos acerca da enunciação, é com Foucault que se fecha a questão da enunciação ou, como por ele chamado, a função enunciativa. Ao descrever a Arqueologia do Saber, o objeto do saber para o filósofo francês é o discurso.

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (FOUCAULT, 2009, p.61).

Quais lugares distintos são estes se não as características da enunciação? De que lugar tal discurso é produzido, circula e possibilita sentidos? Ao mesmo tempo é preciso destacar que a enunciação e o enunciado não são a mesma coisa. A enunciação produz o enunciado, mas ela está em outros lugares, exteriores à materialidade enunciativa (verbal, visual, sonora etc.).

Em compensação, o que se pode definir como correlato do enunciado é um conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas: por exemplo, um domínio de objetos materiais que possuem um certo número de propriedades físicas constatáveis, relações de grandeza perceptível – ou, ao contrário, um domínio de objetos

fictícios, dotados de propriedades arbitrárias (mesmo que elas tenham uma certa constância e uma certa coerência) (...) (FOUCAULT, 2009, p.102-103).

O enunciado está ligado à regularidade e ao mesmo tempo à descontinuidade. A enunciação que produz o enunciado, nunca é um processo neutro. Ela implica deslocamentos e rupturas e, principalmente, posicionamentos ideológicos. Posicionamentos estes que são tomados pelo sujeito da enunciação. Para Brandão, a função enunciativa pode ser entendida como a colocação no enunciado no nível do discurso. Um mesmo enunciado pode ter vários significados e, ao ser repetido várias vezes, não podemos dizer que também se repetem os sentidos, pois estes estão ligados à enunciação.

No entanto, como a repetição de um enunciado depende de sua materialidade que é de ordem institucional, isto é, depende de sua localização em um campo institucional, uma frase dita no cotidiano, inserida num romance ou inscrita num outro tipo qualquer de texto, jamais será o mesmo enunciado, pois em cada um desses espaços, possui uma função enunciativa diferente (BRANDÃO, 1998, p.31).

68 No jogo enunciativo o sujeito é tomado como posição. "Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito" (FOUCAULT, 2009, p.108).

Quando se analisa um discurso as posições dos sujeitos interferem no processo de significação. As formações imaginárias e as noções de *ethos*, trabalhadas nos capítulos anteriores, fazem parte do processo discursivo. O homem, a partir da sua assunção como sujeito, ocupa posições diversas. Pode ser pai, empregado, patrão, professor, padre... E a partir destas posições é que se insere numa formação discursiva ou noutra.

Na visão da AD francesa, a enunciação não é um processo neutro. O que está sendo discursivizado já o foi em outro lugar. É assim que é um constante movimento da paráfrase e da polissemia. Pêcheux (2009) aborda esta questão ao tratar dos esquecimentos 1 e 2, que tratam da questão da ilusão do sujeito ser fonte do seu dizer e de que o dizer é original.

Compreender a enunciação é atentar-se para as possibilidades do discurso. Um discurso traz em si, outros discursos. A significação é construída e nunca está completa. Neste sentido, é preciso mostrar algumas materialidades para que se possa apreender nelas, a construção discursiva e a constituição dos sentidos.

3.3 Exemplificando a enunciação em diferentes discursos

Após ter conceituado a enunciação, é preciso mostrar como ela acontece na construção e circulação dos diversos discursos em jogo nos mais diferentes espaços discursivos. Será mostrado como se dá a enunciação de discursos políticos, religiosos e educacionais. Os campos discursivos têm seu espaço de circulação na imprensa (escrita, falada, on-line, etc.).

Para entendermos melhor a enunciação vamos entender como se dá a constituição de cada campo discursivo e dessa forma exemplificamos como ela acontece em cada um deles.

Em sua origem, a Análise do Discurso se ocupava principalmente do Discurso Político. Essa forma de discurso é tomada como uma sinonímia do termo discurso. Quando se pronuncia esta palavra, logo se vem à mente os pronunciamentos políticos, seja em posse de presidentes ou em situações específicas. Segundo Bobbio:

Derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, consequentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade (1998, p.962).

Para Bobbio (1998, p.5), "a linguagem política é notoriamente ambígua. A maior parte dos termos usados no discurso político tem significados diversos". É por isso que analisar o discurso político é tarefa da AD. Ela encara a política como ambiente de circulação de saberes e poderes. Para Foucault (2009), "a positividade de um discurso – como o da história natural, da economia política ou da medicina clínica – caracteriza-lhe a unidade através do tempo e muito além das obras individuais, dos livros e dos textos" (p.143). Esta unidade através do tempo é que caracteriza determinado discurso, como por exemplo, o discurso político. Assim, ao longo dos anos a história política se consolidou através de práticas discursivas que marcam a atuação dos sujeitos a partir de formações

ideológicas que são apresentadas discursivamente como formações discursivas. Foucault, ao descrever sobre a Ordem do Discurso e sobre os mecanismos de controle do discurso, destaca que a sexualidade e a política são regiões onde os dizeres são mais interditados e cerceados. Pontua:

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (FOUCAULT, 2010, p.9-10).

Segundo Foucault, o discurso político circula sob forma de "doutrina", assim como acontece também com outros campos discursivos.

À primeira vista, as "doutrinas" (religiosas, políticas, filosóficas) constituem o inverso de uma "sociedade de discurso": nesta, o número dos indivíduos que falavam, mesmo se não fosse fixado, tendia a ser limitado; e só entre eles o discurso podia circular e ser transmitido. A doutrina, ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca (FOUCAULT, 2010, p.41-42).

É assim que percebemos que tomados pelo discurso político na contemporaneidade, com o advento das redes sociais e a democratização dos mecanismos de comunicação instantânea em que se diluem as fronteiras entre leitor e escritor, todos estão "autorizados" a falar de política. Os discursos com conotação política circulam rapidamente e assim emitem efeitos no campo político propriamente dito. Observe a charge abaixo:

Figura 10 – Charge: Temer e as Reformas Previdenciária e Trabalhista



Fonte: <http://www.tribunadainternet.com.br/estrategia-errada-do-governo-temer-acaba-fortalecendo-lula-politicamente/>

Na charge que aqui se apresenta temos uma representação do presidente Michel Temer ao lado de um trabalhador, operário, que está com um nariz de palhaço, logo semantizado como sendo "o palhaço". Temer traz os dizeres: "Sem carteira assinada, sem SUS, sem aposentadoria você vai ver como vai melhorar". Logo, para compreendermos a construção do discurso e os efeitos de sentidos, precisamos observar a enunciação e a cena enunciativa que se apresenta. Por isso é preciso observar as categorias de pessoa, tempo e espaço da enunciação. Ao marcar o pronome "você" o locutor Temer infere que é o operário que sofrerá as consequências de suas reformas – a Trabalhista e a da Previdência. Logo, o "você" aqui trabalha no contexto da enunciação não representando apenas o operário único da cena, mas a todos os brasileiros prejudicados com a referida Reforma. O espaço é um espaço de trabalho, visto que o alocutário – o operário – está com seu uniforme.

Assim, os dizeres e as ações políticas invadem a vida do trabalhador brasileiro. O tempo marcado é uma transposição do presente (sem carteira assinada, sem SUS...) para o futuro (você vai ver como vai melhorar). Ou seja, as repercussões serão só no futuro e a ironia do verbo "melhorar" mostra que as atuações políticas têm efeitos negativos (marcados pelo vocábulo "sem" no início do enunciado). Assim, o discurso político circula na mídia. Como vemos a charge marca, por mais que faça uma ironia, uma caracterização do Governo Temer, que tem sido um governo que não tem alcançado índices satisfatórios de aprovação popular, como mostram as pesquisas midiáticas. Por um dizer que circula em forma humorística tem-se um registro e a constituição de um arquivo sobre o que está sendo, o que foi e no futuro o que será o Governo Temer no Brasil.

Passemos agora ao campo do discurso religioso. Analisar o discurso religioso torna-se tarefa árdua para o analista que tem que se isentar de suas crenças e concepções pautadas na fé para poder interpretar os dizeres segundo as condições de produção nas quais eles se produzem, os posicionamentos dos sujeitos em jogo e as formações discursivas nas quais se inscrevem. O discurso religioso é um campo intenso de luta ideológica. A diferença do discurso religioso para o político é que enquanto o político está relacionado com o governo da polis, o religioso por sua vez está ligado ao governo do homem. Nos mecanismos de controle de discursos apresentados por Foucault (2010) podemos conceber a religião enquanto doutrina.

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, consequentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os

outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam (FOUCAULT, 2010, p.41).

Ao mesmo tempo, por se tratar de uma enunciação própria, ligada às regras morais, o discurso religioso circula, e circulando marca os sujeitos que se ligam entre si e os que se diferenciam entre si, conforme mostrado por Foucault. E temas relacionados ao contexto geral são discutidos na sociedade por meio do discurso religioso. Temos, então, um discurso religioso para o aborto, para a pena de morte, para o uso do preservativo masculino e da pílula anticoncepcional, da explicação de fenômenos da natureza e outros. O homem utiliza a religião para significar, por meio da linguagem, acontecimentos à sua volta. Isso se dá porque a religião é também uma construção social, histórica e ideológica e também é construída discursivamente.

A título de análise do discurso religioso, observe a frase dita pelo Papa Francisco na volta de sua viagem ao Brasil em 2013, quando esteve no país para a Jornada Mundial da Juventude. Na internet essa frase – Se uma pessoa é gay, busca Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-la? – circulou de forma rápida e ampla, o que permitiu até a figura abaixo, em que o balão de diálogo colocado bem próximo à boca do Papa parece inferir: “fui eu mesmo quem disse isso”.

Figura 11 – Papa Francisco e a questão da homossexualidade



Disponível em: https://conteudo.imguol.com.br/c/noticias/2013/07/29/28jul2013---se-uma-pessoa-e-gay-busca-deus-e-tem-boa-vontade-quem-sou-eu-para-julga-la-afirmou-francisco-aos-cerca-de-70-jornalistas-que-embarcaram-do-rio-de-janeiro-a-roma-com-ele-apos-a-jmj-1375123745880_956x500.jpg

Como descrever a enunciação que construiu o enunciado do Papa Francisco? Para mostrá-la dividir-se-á o enunciado em três partes: 1. Se uma pessoa é gay; 2. busca Deus e tem boa vontade; 3. quem sou eu para julgá-la? A partir da primeira parte – Se uma pessoa é gay – podemos ter aí o efeito de sentido da não-aceitação dos gays pela Igreja Católica. A homossexualidade

tanto na Católica como em quase toda denominação cristã é vista como um pecado. Portanto, a enunciação começa a partir de um fato: A Igreja condena a homossexualidade. Este discurso só é possível de circular em cima dessa causa. Se a Igreja fosse favorável à homossexualidade, esse discurso não seria possível. A segunda parte – busca Deus e tem boa vontade – impõe condições para que a Igreja aceite tanto o homossexual quanto qualquer pessoa. É a formação discursiva do moralismo que repercute no fato de uma pessoa ter boa vontade ou não, que é buscar a Deus. O discurso se marca aqui numa memória histórica da Inquisição em que aqueles que discordavam da Igreja eram queimados em fogueiras. No mundo atual, a Igreja busca resgatar os sujeitos “perdidos”, visto que o número de fiéis católicos diminuiu vertiginosamente ao longo dos anos. Por fim, a terceira e última parte – quem sou eu para julgá-la. Partindo de uma premissa popular, o Papa se coloca no lugar daquele que pode julgar visto que a Igreja promove o dogma da infalibilidade papal. O efeito de sentido desta enunciação se constrói em característicos próprios marcando dêiticos de pessoa (os sujeitos homossexuais em luta com os sujeitos da Igreja Católica), os dêiticos de espaço (um espaço neutro não marcado, mas a sociedade como um todo); e os dêiticos de tempo (do passado – proibição, para o futuro – possibilidade, desde que se... buscar a Deus e ter boa vontade). A identidade homossexual continua negada. O sujeito é silenciado e cerceado.

Quando a partir deste acontecimento discursivo circularam na mídia, principalmente on-line, diversos enunciados, posts em redes sociais, numa aceção positiva ao Papa Francisco como se a Igreja passasse a aceitar a homossexualidade, muitos já previram até o possível casamento gay. Os sentidos de abertura do Papa não desconstroem a teologia católica e o seu catecismo. O discurso silencia e traz implícito o posicionamento firme dos dogmas católicos, por mais que no processo da enunciação ele seja modalizado numa estratégia de convencimento.

O discurso religioso, portanto, se pauta na doutrina e nas convicções e se reparte nos dogmas de cada denominação religiosa. Na mídia, o discurso religioso circula de forma a aprovar ou desaprovar uma religião. É como se as religiões estivessem sempre sendo julgadas pelos leitores. Esse funcionamento discursivo assim se desdobra porque as condições de produção do discurso religioso mostram que a religião é um regulador da vida humana. Por isso, em toda questão em que as religiões se envolverem, haverá sempre os jogos entre o correto e o incorreto, o bom e mau, o que convém e o que não convém. Tudo isso porque o discurso religioso se ancora na FD principal da moralidade. E os sujeitos se constroem em diversas enunciações que vão resultando em enunciados que circulam pelo espaço midiático, societário ou mesmo eclesial, movimentando sentidos e significando.

Mostremos agora o campo discursivo educacional:

Louis Althusser ao descrever sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE), coloca a escola como um deles. Ela seria um dos lugares principais onde ocorre a reprodução de ideologias. Pontua Althusser: "Por outras palavras, a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam 'saberes práticos' mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante ou o manejo da 'prática' desta" (1997, p.22). Como conceber então o discurso educacional que não se constrói somente a partir da escola (a instituição), mas é ela o signo principal deste discurso, considerado como um lugar de embate e confronto de forças ideológicas? Conforme Piletti (1990, p.7), "a educação é, em suma, um processo universal. E, na definição do processo educacional, não podemos fugir das influências que sofremos em nossa própria formação". Se ela é universal, significa que todos são afetados por ela e que o processo educacional é amplo. Piletti observa ainda que: "a educação, sendo universal, varia de sociedade para sociedade, de um grupo social a outro, segundo as concepções que cada sociedade e cada grupo social tenham de mundo, de homem, de vida social e do próprio processo educativo" (1990, p.8). É assim que é possível falar da educação brasileira, norte-americana, espanhola, francesa, etc. Aqui o recorte de análise a ser mostrado se refere à educação brasileira. Pensando com Foucault, "todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo" (2009, p.44).

De acordo com Foucault, há uma ordem na sociedade que determina quem pode dizer o quê, quando, onde e como. Toda sociedade tem a sua produção discursiva controlada, selecionada e organizada. E o que faz com que os discursos sejam controlados, selecionados e organizados? São as ideologias. Assim o controle do discurso se faz por meio do poder da sociedade que controla o seu saber por meio das instituições: igreja, mídia, Estado, família, escola, hospitais, etc., que ao mesmo tempo são as organizações do discurso. Foucault pontua:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade (2010, p.8).

Quais materialidades do discurso educacional são apresentadas e circulam na mídia? Como o discurso educacional é organizado? O contexto enuncia-

tivo de tais discursos mostra a precariedade do sistema educacional brasileiro. Como recorte de análise para mostrar como funciona a enunciação no processo de produção de sentidos, trazemos o slogan da Campanha da ONG "Todos pela Educação", de 2011:

Figura 12: Todos pela Educação: Um bom professor, um bom começo



Fonte: <http://www.todospelaeducacao.org.br/sala-de-imprensa/releases/14837/um-bom-professor-um-bom-comeco-e-a-nova-campanha-do-movimento-todos-pela-educacao/>

"Um bom começo, um bom professor", era o slogan da campanha. Observe como se dá a enunciação. De que lugar enunciativo a ONG produz sentidos que circulam sobre a educação no Brasil? Logo, se para um bom começo é necessário um bom professor, duas premissas estão aí silenciadas ou implícitas: 1. nem todos têm um bom começo; 2. nem todos têm um bom professor. Por trás da campanha, os discursos se organizam sobre o incentivo à formação de professores, à valorização e respeito ao professor, a seriedade com que a educação precisa ser encarada no Brasil. O enunciado construído partiu do processo de enunciação a partir da categoria de 3a. pessoa – o professor. Essa enunciação mobiliza sentidos de que a educação no Brasil é precária porque o professor não é valorizado. O controle discursivo, a organização e seleção dos dizeres, bem como o posicionamento ideológico dos sujeitos envolvidos nesses processos discursivos, colocam os saberes sobre a educação brasileira de forma que seja avalizada pela sociedade brasileira, a qual precisa apoiar e ser co-autora do processo educativo. A questão governamental é então modalizada e semantizada por meio de participantes da sociedade civil, empresas e instituições que têm interesses também mercadológicos e econômicos ao se organizar em torno da ONG "Todos pela educação", isentando o governo do papel de promover o direito constitucional básico à educação.

Com este exemplo do discurso educacional, fechamos os três exemplos das enunciações em três campos discursivos – o político, o religioso e o educacional. Porém, outros campos poderiam ser referências para análises como os campos publicitário, jornalístico, da moda e outros. O que objetivamos mostrar

é que a enunciação é constitutiva dos processos de produção do sentido que se materializa em discurso. O discurso, então, é a palavra em movimento (Orlandi, 2009). O homem significando a si e ao mundo ao seu redor, historiciza e essa historicidade constitutiva dos sujeitos se dá pela linguagem num eterno processo enunciativo.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

BARBISAN, L. B.. **O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot**. Letras. N. 33, Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UFSM, p.23-35, 2007.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G (orgs.). **Dicionário de política**. Trad. João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

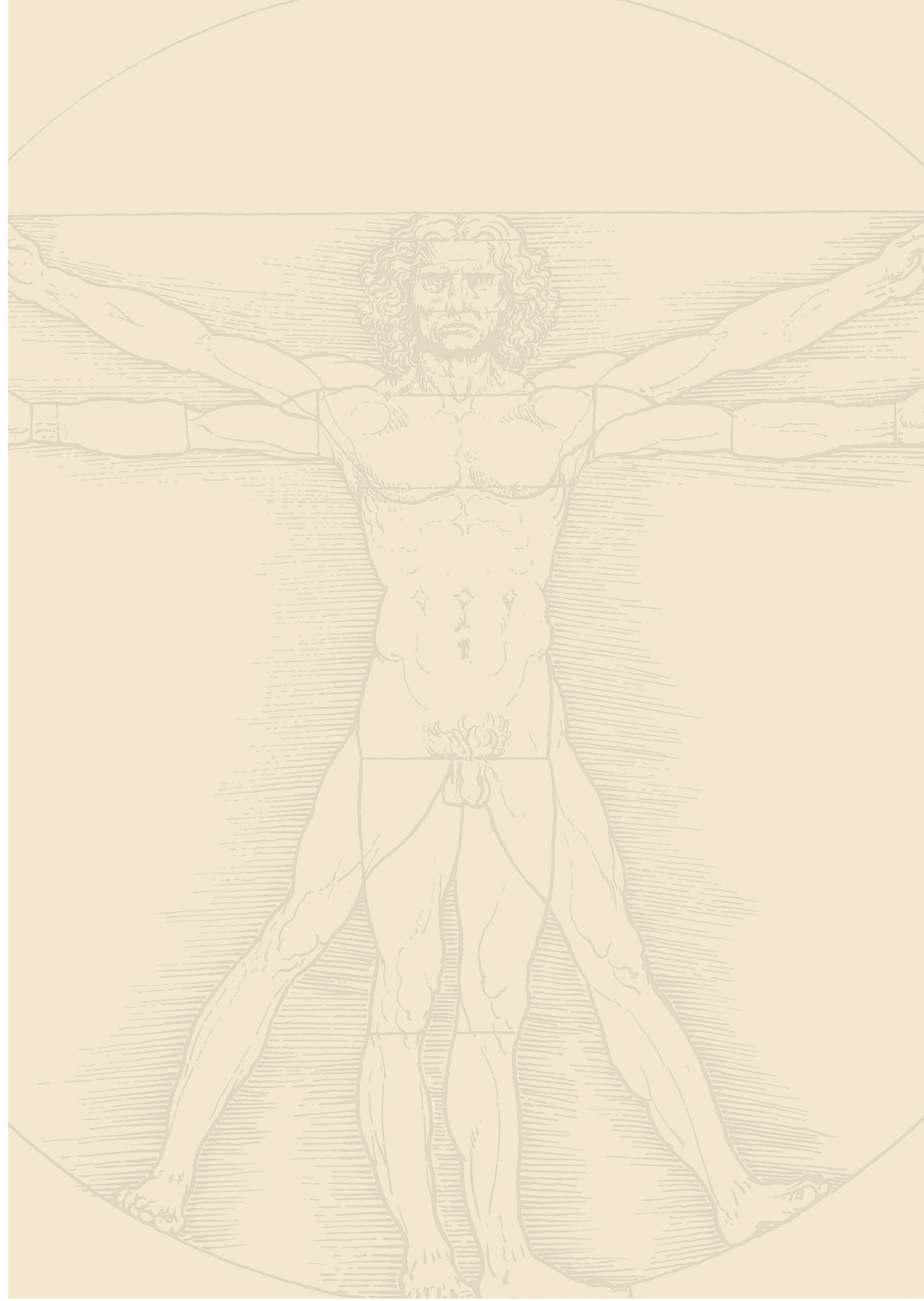
_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. **Papel da memória**. IN: ACHARD, P; DAVALLON, J; DURAND, J. PÊCHEUX, M; ORLANDI, E. Papel da memória. Trad. José Horta Nunes – 4. ed. Campinas: Pontes, 2015.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et. al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PILETTI, N. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

VIZIBELI, D. **Estudantes em luta: formações discursivas dos jovens hiperconectados contra a reorganização das escolas no Estado de São Paulo**. Muitas Vozes, Ponta Grossa, v.5 n.2, p.359-374, 2016.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim e esperamos que o leitor tenha tido um contato inicial com os principais conceitos da Análise do Discurso, além de ter experimentado como se dão os processos analíticos nessa área sob o viés da Escola Francesa.

No percurso, ao tratarmos sobre a "História, epistemologia e conceitos fundantes da Análise do Discurso", objeto da parte 1, é preciso ficar claro que, por mais que tentamos definir os postulados teóricos e as formas do trabalho com a análise, a AD está em permanente reconfiguração, sofrendo rupturas, deslocamentos e desdobramentos. No Brasil ela é suscitada nas mais diferentes universidades como campo de investigação do discurso seja nos cursos de Linguística, Comunicação e nas Ciências Sociais.

As leituras em Análise de Discurso nunca são totais e nunca estão acabadas. O analista ou o estudioso desta teoria precisa estar em constante reatualização por meio da literatura específica. Para aquele que principia, é de fundamental importância o contato com a obra de Michel Pêcheux e Michel Foucault, principalmente seus textos basilares utilizados aqui, e ainda compreender a trajetória histórica de Eni Orlandi no Brasil.

Ao compreender os processos de "Enunciação", objeto da parte 3, vimos que se em sua origem a AD se debruçava sobre o discurso político, hoje ela abarca campo fértil para pesquisas em diversas temáticas. É preciso ainda questionar e problematizar, como foi mostrado na parte 2, intitulada "Sujeito, uma construção discursiva", a imersão do sujeito num emaranhado simbólico, que surge com as novas tecnologias da informação e com a expansão das mídias. O sujeito é assim objeto para inúmeros estudos que possibilitam pensá-lo como posição – que é a postura da AD – e como esta se marca no jogo discursivo.

As práticas de linguagens, ancoradas no social, no histórico e no ideológico, constroem arquivos que estruturam a sociedade nas suas representações ou simbolizações, que são os discursos que circulam e que fazem o jogo da língua, do inconsciente e da história, que marcam a linguagem como incompleta, inacabada, movediça e opaca. "O que você quis dizer? Melhor dizendo...; não sei se isso ficou claro...", são enunciados pronunciados cotidianamente que mostram as ilusões do sujeito quanto à clareza da linguagem, do controle do discurso e que faz com que os homens dialoguem, que a língua seja viva e dinâmica, pois é possibilidade. Como possibilidade também é visto o discurso. Um discurso apaga outros e tantos outros seriam possíveis no lugar de um discurso. Mas por que então aquele discurso, naquela condição, naquele contexto, com aqueles sujeitos? É isso que o analista faz. Percorre vestígios, pistas, questiona sempre e nunca ter certeza de nada. A construção discursiva e o exercício de análise mostram o jogo com o Outro, com os sentidos e com os dizeres sempre em circulação, nunca estáticos, em movimento, discursivizando.



INSTITUTO FEDERAL
Sul de Minas Gerais



LUME